



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

TAIMON PIRES MAIO

**UMA HISTÓRIA POUCO CONTADA:**  
RESGATANDO DEBATES CRÍTICOS SOBRE TERAPIAS DE  
REORIENTAÇÃO SEXUAL NA ANÁLISE DO  
COMPORTAMENTO NA DÉCADA DE 1970

---

Londrina  
2024

TAIMON PIRES MAIO

**UMA HISTÓRIA POUCO CONTADA:  
RESGATANDO DEBATES CRÍTICOS SOBRE TERAPIAS DE  
REORIENTAÇÃO SEXUAL NA ANÁLISE DO  
COMPORTAMENTO NA DÉCADA DE 1970**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Análise do Comportamento.

Orientador: Dr. Carlos Eduardo Lopes

Londrina  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

M227u Maio, Taimon Pires.

Uma história pouco contada : resgatando debates críticos sobre terapias de reorientação sexual na Análise do Comportamento na década de 1970 / Taimon Pires Maio. - Londrina, 2024.  
100 f.

Orientador: Carlos Eduardo Lopes.

Tese (Doutorado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Análise do Comportamento - Tese. 2. História - Tese. 3. Política - Tese. 4. Terapias de reorientação sexual - Tese. I. Eduardo Lopes, Carlos . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9

TAIMON PIRES MAIO

**UMA HISTÓRIA POUCO CONTADA:**  
RESGATANDO DEBATES CRÍTICOS SOBRE TERAPIAS DE  
REORIENTAÇÃO SEXUAL NA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO NA  
DÉCADA DE 1970

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Análise do Comportamento.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Camila Muchon de Melo  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Carolina Laurenti  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Daniele de Andrade Ferraza  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

---

Prof. Dr. Guilherme Bergo Leugi  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Londrina, 27 de setembro de 2024.

Dedico este trabalho aos meus pais.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Carlos Eduardo Lopes, que abraçou as minhas ideias e tanto me ensinou.

Ao meu ex-orientador, Célio Estanislau, e também ao amigo Lucas Carmona, pelos momentos de amizade proporcionados, desta vez, fora do espaço acadêmico. Também a Guilherme Filgueiras, pelas velhas discussões e parcerias na UEL.

Aos ex-alunos e atualmente amigos, Adriana Passoni e Bruno Brabo, que me concederam importantes momentos e excelentes memórias.

Às amigas “recentes”, Suzana Cordeiro, Ana Carolina Costa e, ainda mais recentemente, Vinicius “Pet”, pelas sextas-feiras de “Poliqueixosos”.

À Larissa (vulgo “Pardola”), que sempre trazia “papéis velhos” e os folhava ao som de Belchior.

À minha velha amiga e sócia, Fernanda Caleiro, com quem tenho as maiores e mais infinitas brigas diárias, mas que, no instante seguinte, tudo volta a ser como antes.

Aos meus amigos do RPG nortense, Rodrigo, Maicon, Leandro, Antônio, Cícero, Levi e Dennier (os eternos “Jogadores de Papel”), por me proporcionarem ótimos momentos durante o tempo em que estive no sul ou em minhas visitas a eles. Desse grupo, meu agradecimento especial ao “Bonato”, com quem tive as discussões mais enriquecedoras e as narrativas mais viajantes.

À Andresa Bibiano, com quem ri muito e compartilhei excelentes momentos em boa parte do tempo que passei em Londrina.

Aos meus primos, Sara e André, especialmente o segundo, que me ajudou a suportar os momentos em que não me sentia pertencente ao longo da infância.

Aos meus antigos amigos, que não estão mais presentes, mas que conviveram comigo durante o período da pandemia e me proporcionaram alguns dos melhores momentos que já vivi e dos quais sinto falta.

E finalmente, aos meus pais, que são as pessoas mais generosas que já conheci.

*“A história se repete, a primeira vez como tragédia,  
a segunda como farsa”.*

MAIO, Taimon Pires. **Uma história pouco contada:** resgatando debates críticos sobre terapias de reorientação sexual na Análise do Comportamento na década de 1970. 2024. 100 f. Tese (Doutorado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

## RESUMO

Na década de 1970, algumas práticas de analistas do comportamento foram acusadas de violarem direitos humanos. Essa polêmica ressurgiu recentemente quando um editorial do *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA) justificou a recusa pela retratação de um artigo publicados nos anos 1970, que descrevia um procedimento de reorientação sexual, argumentando que na época o procedimento não era considerado antiético. Ao mesmo tempo, há evidências de que na década de 1970 já havia resistência às terapias de reorientação sexual, uma vez que foi justamente nesse período que a homossexualidade foi retirada do DSM. Partindo desse embate, este trabalho teve o objetivo de resgatar dois debates críticos sobre terapias de reorientação sexual protagonizados por analistas do comportamento na década de 1970. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa histórica, cujas fontes foram recuperadas de duas fontes. 1) um relatório da *American Psychology Association* sobre os procedimentos de reorientação sexual entre os anos de 1960 a 2007; e 2) uma revisão da literatura dos estudos publicados no JABA sobre a temática. A partir desses documentos chegou-se aos trabalhos de autores críticos da temática, bem como de réplicas publicadas em resposta aos autores, o que permitiu resgatar dois debates sobre o tema ocorridos nos anos 1970. A análise das fontes e dados históricos dos autores, levou a definição de dois protagonistas: G. C. Davison e R. Winkler. Como resultado, no primeiro debate, inicialmente Davison dirigiu críticas às falhas teórico-metodológicas de pesquisas com homossexuais, tornando-se gradualmente mais crítico de aspectos ético-políticos envolvidos nas práticas de reorientação sexual. Davison discute a negligência da Análise do Comportamento sobre o tema e a frágil adesão aos princípios teórico-filosóficos na atuação de terapeutas comportamentais com homossexuais. No segundo debate, Winkler dirigiu suas críticas aos problemas éticos de um estudo clássico de reorientação sexual com uma criança publicado no JABA por Rekers e Lovaas em 1974, discutindo sobre a impossibilidade de uma ciência isenta de valores e ao seu papel na manutenção do *status quo*. As réplicas sofridas pelos autores caracterizaram-se pela defesa da neutralidade científica e da voluntariedade do paciente como critério decisivo para a oferta de procedimentos de reorientação sexual. Conclui-se que nos anos 1970 já havia resistência de analistas do comportamento a terapias de reorientação sexual, e que recusar esse fato pode ser considerado uma forma de apagamento histórico com graves consequências ético-políticas na área.

**Palavras-chave:** Análise do Comportamento; História; Terapias de reorientação sexual;

MAIO, Taimon Pires. **A little-told story:** rescuing critical debates on sexual reorientation therapies in Behavior Analysis in the 1970s. 2024. 100 p. Thesis (Doctorate in Behavior Analysis) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

## ABSTRACT

In the 1970s, some practices by behavior analysts were accused of violating human rights. This controversy resurfaced recently when an editorial from the Journal of Applied Behavior Analysis (JABA) justified the refusal to retract an article published in the 1970s that described a sexual reorientation procedure, arguing that, at the time, the procedure was not considered unethical. Simultaneously, there is evidence that by the 1970s, resistance to sexual reorientation therapies had already emerged, as it was during this period that homosexuality was removed from the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM). Based on this controversy, the present study aimed to revisit two critical debates on sexual reorientation therapies led by behavior analysts in the 1970s. Historical research was conducted using two primary sources: (1) a report by the American Psychological Association on sexual reorientation procedures between 1960 and 2007, and (2) a literature review of studies published in JABA on homosexuality. These documents led to the identification of critical works published by behavior analysts and replies by other authors (behavior analysts or not), which allowed for the recovery of two debates on the topic in the 1970s. The analysis of sources and historical data led to identifying two key figures: G. C. Davison and R. Winkler. As a result, in the first debate, Davison initially criticized the theoretical and methodological flaws in research involving homosexuals, becoming gradually more critical of the ethical and political aspects involved in sexual reorientation practices. Davison discussed the neglect of behavior analysis regarding this issue and the weak adherence to theoretical-philosophical principles in the work of behavior therapists with homosexuals. In the second debate, Winkler directed his criticisms at the ethical issues of a classic study on sexual reorientation with a child, published in JABA by Rekers and Lovaas in 1974, discussing the impossibility of value-free science and its role in maintaining the status quo. The responses to these authors were characterized by the defense of scientific neutrality and the voluntariness of the patient as a decisive criterion for offering sexual reorientation procedures. The study concludes that resistance from behavior analysts to sexual reorientation therapies already existed in the 1970s, and denying this fact can be considered a form of historical erasure with severe ethical and political consequences in the field.

**Keywords:** Behavior Analysis; History; Sexual reorientation therapies

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Artigos recuperados, ordenados por ano de publicação .....	22
<b>Tabela 2</b> – Artigos críticos do primeiro debate .....	27
<b>Tabela 3</b> – Artigos críticos do segundo debate .....	50

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABT	Association for Advancement of Behavior Therapy
ABRACEH	Associação Brasileira de Apoio aos que Voluntariamente Desejam Deixar a Homossexualidade
ACLU	American Civil Liberties
APA	American Psychology Association
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CPPC	Corpo dos Psicólogos e Psiquiatras Cristãos
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais
JABA	Journal of Applied Behavior Analysis
JRC	Judge Rotenberg Hospital Center
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outros
NARTH	National Association for Research and Therapy of Homosexuality
PL	Projeto de Lei
PSC	Partido Social Cristão

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	12
<b>2. Objetivos</b> .....	20
2.1. Objetivo Geral .....	20
2.2. Objetivos Específicos .....	20
<b>3. Método</b> .....	21
3.1. Procedimento de seleção das fontes .....	21
3.2. Procedimento de análise e organização das fontes .....	24
<b>4. A reconstrução dos debates sobre terapias de reorientação sexual</b> .....	25
<b>4.1. Primeiro Debate</b> .....	27
4.1.1. Argumentos e contra-argumentos teórico-metodológicos .....	28
4.1.2. Argumentos e contra-argumentos éticos e normativos .....	32
4.1.3. Argumentos e contra-argumentos sociopolíticos .....	37
4.1.4. Discussão do primeiro debate .....	40
4.1.4.1. <i>O contexto da “radicalização” das críticas de G. C. Davison</i> .....	40
4.1.4.2. <i>Uma análise histórica dos interlocutores</i> .....	44
<b>4.2. Segundo Debate</b> .....	50
4.2.1. Argumentos e contra-argumentos teórico-metodológicos .....	51
4.2.2. Argumentos e contra-argumentos éticos e normativos .....	54
4.2.3. Argumentos e contra-argumentos sociopolíticos .....	60
4.2.4. Discussão do segundo debate .....	63
4.2.4.1. <i>O contexto do posicionamento crítico de R. Winkler</i> .....	63
4.2.4.2. <i>Uma análise histórica dos interlocutores</i> .....	67
<b>5. Desdobramentos</b> .....	67
5.1. <i>Ciência, Política e Análise do Comportamento</i> .....	70
5.2. <i>O apagamento histórico na Análise do Comportamento</i> .....	73
5.3. <i>Ciência, Política e Psicologia</i> .....	78
<b>6. Considerações finais</b> .....	86
<b>7. Referências</b> .....	88

## 1. Introdução

Discussões críticas sobre a falta de interlocução entre ciência e política na psicologia (Santos & Martins, 2013), bem como sobre o papel da ciência psicológica na manutenção do *status quo*, não são recentes (e.g., Coimbra, 1995; Holland, 1978; Prilleltensky, 1989). Paralelamente, a defesa de uma separação ostensiva entre ciência e política na psicologia também tem sido constante há bastante tempo. Em meados dos anos 1990, por exemplo, O’Donohue e Dyslin (1996) criticaram a influência de pautas políticas (como a posição pró-aborto, a defesa do controle de armas, entre outras) nos posicionamentos da *American Psychological Association* (APA), argumentando que não havia fundamentação suficiente em dados científicos para a adoção dessas posições. Os autores também denunciaram que membros da APA vinham atuando para desacreditar ou subnotificar pesquisas cujas conclusões pudessem contradizer essas posições políticas. Dessa forma, advogaram pela transparência e neutralidade da associação em relação a temas sensíveis, de maneira a não desacreditá-la frente à sociedade civil.

Deve-se notar que os psicólogos *qua* cidadãos preocupados podem expressar suas visões políticas por meio de outras organizações genuinamente políticas ou podem formar organizações políticas separadas que lidem com questões políticas (O’Donohue & Dyslin, 1996, p. 4).

Em resposta a esse posicionamento, Fox e Prilleltensky (1996) argumentaram que uma cisão entre ciência e política seria impossível. Para os autores, a defesa dessa separação teria por função encobrir uma perspectiva específica sobre o conhecimento científico e seu uso que é, ela própria, política:

“Como psicólogos nós deveríamos adotar uma abordagem científica”, eles afirmam. Mas o simples uso da palavra “deveria” torna claro que O’Donohue e

Dyslin estão apresentando um argumento baseado em valores, em vez de um que possa ser empiricamente justificado. (Fox & Prilleltensky, 1996, p. 24)

Ademais, Fox e Prilleltensky (1996) argumentaram que dados científicos nem sempre são necessários para posicionar-se politicamente sobre certos temas relevantes à sociedade (e.g., o regime de segregação racial praticado oficialmente na África do Sul até os anos 1990). Da mesma forma, mesmo que tais dados pudessem ser úteis para direcionar as políticas públicas, eles não poderiam responder aos anseios e conflitos sociais acerca dos debates éticos e políticos em curso (Fox & Prilleltensky, 1996).

No âmbito da Análise do Comportamento, não foi diferente, servindo como palco de discussões sobre a relação entre ciência e política. Isso se exprimiu, inicialmente, nas polêmicas sobre programas de modificação de comportamento<sup>1</sup>, implementados em instituições prisionais e hospitais psiquiátricos (ver Rutherford, 2006, 2009). Na década de 1970, esses programas, baseados em economia de fichas, foram denunciados por movimentos de defesa de direitos civis nos EUA. Um fato que chamou a atenção do grande público para a modificação do comportamento foi um discurso polêmico proferido em 1971<sup>2</sup>, pelo então presidente da APA, Kenneth B. Clark, em uma das convenções da associação. O discurso demandava mais pesquisas sobre as apelidadas “pílulas da paz”, isto é, técnicas bioquímicas que promovessem o controle dos abusos de poder na sociedade (Rutherford, 2006).

Em resposta ao discurso de Clark, um congressista democrata, Cornelius Gallagher, solicitou que o governo federal investigasse todos os contratos federais e

---

<sup>1</sup> O termo “modificação do comportamento” vinha sendo utilizado desde a década de 1960 para designar a dimensão aplicada da Análise do Comportamento, mas seu sentido tornou-se cada vez mais abrangente, incluindo uma série de técnicas de controle comportamental empregadas por diferentes agentes sociais. Entre essas técnicas constavam terapias químicas, psicocirurgias, monitoramento eletrônico, condicionamento clássico e operante (Rutherford, 2006).

<sup>2</sup> Nesse mesmo ano, Stanley Kubrick lançou o filme *Laranja Mecânica*, uma adaptação do livro de Anthony Burgess, de mesmo nome, publicado em 1962. Sem dúvida, o filme alimentou ainda mais as polêmicas em relação às técnicas de modificação do comportamento.

fundos fornecidos à APA, de modo a garantir que não houvesse incentivo a projetos de controle químico dessa natureza. Esse movimento culminou em uma investigação nacional dos fundos da modificação do comportamento pelo governo federal, sobretudo em pesquisas envolvendo o sistema prisional. Assim, veio a público o projeto de reabilitação do *Medical Center for Federal Prisoners*, em Springfield, no Missouri, que ocorreu de 1972 até 1974. Inspirado nos trabalhos sobre economia de fichas, o projeto consistia em um programa de manejo de contingências de reforçamento e punição para prisioneiros considerados mais problemáticos (Rutherford, 2006).

Os advogados da *American Civil Liberties Union* assumiram o caso dos prisioneiros, alegando a violação de seus direitos fundamentais (Rutherford, 2006). Isso levou a Corte norte-americana à conclusão de que o programa era eticamente controverso, uma vez que a inserção de prisioneiros era involuntária e alterava radicalmente suas condições de vida. Foi decretado, assim, o fim dos financiamentos federais de todos os programas envolvendo a modificação do comportamento (Rutherford, 2006).

Em 1974, o então presidente da APA, Albert Bandura, instaurou uma comissão para avaliar os maus usos da modificação do comportamento em diferentes instituições<sup>3</sup>. Seguiu-se, então, uma maior regulamentação da área por meio da criação de certificação e padronização de treinamentos necessários ao título de analista do comportamento, que, estrategicamente, substituiu o modificador de comportamento (Rutherford, 2006).

A década de 1970 também foi marcada pela luta política e por direitos civis de diversos grupos sociais, em particular de mulheres, negros e homossexuais. Homossexuais se reuniram em um importante movimento denominado *Gay Liberation Front*, que se destinava a lutar por seus direitos. Em um caso notório no começo dos anos

---

<sup>3</sup> James Holland foi um dos membros dessa comissão, indicado para analisar as questões éticas em prisões (Rutherford, 2009). Alguns trabalhos do autor publicados nessa época (e.g. Holland, 1974, 1978) mostram seu posicionamento crítico a vários casos de modificação de comportamento.

1970, membros do movimento invadiram uma convenção da *American Psychiatry Association* protestando contra a patologização da homossexualidade – que ainda constava no *Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais* (DSM) – e contra as intervenções psicoterápicas que visassem à reorientação sexual<sup>4</sup>. Na ocasião, Nathaniel McConaghy, um terapeuta comportamental que apresentava um estudo sobre o uso de procedimentos aversivos para tratamento de homossexuais, foi alvo de ataques inflamados de ativistas (Morgan & Nerison, 1993).

Apesar de discussões sobre questões éticas e políticas na dimensão aplicada da Análise do Comportamento terem sua gênese na década de 1970, esse debate ressurgiu recentemente no contexto de polêmicas envolvendo os impactos sociais atuais de antigos estudos produzidos na área. Um editorial de 2020, assinado pela *Society for Experimental Analysis of Behavior* (SEAB) e pela editora-chefe do *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA), destacou que muitos membros do SEAB encontraram famílias de crianças com problemas alimentares e transtorno do espectro autista que atrasaram ou receavam iniciar intervenções analítico-comportamentais por conta de informações que relacionam terapias comportamentais a técnicas aversivas (SEAB & LeBlanc, 2020).

O editorial discute também o impacto nocivo que o estudo clássico de Rekers e Lovaas (1974), publicado no JABA, representa para a comunidade de analistas do comportamento. No referido estudo, os autores apresentaram resultados de uma terapia que visava desenvolver condutas consideradas tipicamente masculinas em um menino “afeminado” de cinco anos de idade. Desde então, esses resultados têm sido utilizados como evidência do potencial das técnicas comportamentais para modificar a conduta

---

<sup>4</sup> Aqui, optou-se pelo termo 'reorientação sexual', enquanto em algumas passagens do trabalho encontra-se a expressão “terapia reparativa”. Em determinadas circunstâncias, a fim de manter o sentido dos debates reconstruídos, privilegiou-se a manutenção dos termos originais utilizados pelos autores na época. O mesmo se aplica às diferentes escolhas terminológicas adotadas ao longo do trabalho nas palavras “travestismo”, “transgênero” e “transexualidade”, bem como nas expressões “modificadores” do comportamento” e “analistas do comportamento”.

sexual e/ou papel de gênero – fato que, recentemente, motivou profissionais da área a solicitarem a retratação do artigo (SEAB & LeBlanc, 2020).

De acordo com o editorial, as diretrizes do *Committee on Publication Ethics* de 2019 especificam que a *retratação* é adequada no caso de estudos que apresentam graves falhas metodológicas ou falsificação e fabricação de dados – consideradas más condutas científicas. Também seria caso de retratação, estudos com clara evidência de violação ética, desde que as pesquisas tenham sido consideradas antiéticas aos padrões da época. Considerando esses critérios, a SEAB e a editora do JABA concluíram que “A evidência disponível não deixa claro que o estudo original foi antiético pelos padrões da época” (SEAB & LeBlanc, 2020, p. 1832), tomando, assim, a decisão de emitir uma *Expressão Oficial de Preocupação* em relação ao estudo de Rekers e Lovaas – como forma de apontar os danos potenciais do estudo e minimizar os seus impactos atuais e futuros (SEAB & LeBlanc, 2020).

No entanto, as justificativas apresentadas para a escolha em emitir uma *Expressão de Preocupação*, em vez da *Retratação*, foram alvo de críticas (e.g., Capriotti & Donaldson, 2021; Conine et al., 2022; Johnson, 2022). De acordo com Johnson (2022), o estudo de Rekers e Lovaas seria considerado antiético na época de sua publicação, uma vez que foi publicado após a retirada da homossexualidade do DSM da *American Psychiatric Association*. Além disso, estudos publicados no próprio JABA poucos anos depois – inclusive citados no editorial de SEAB e LeBlanc (2020) – indicam que, na própria comunidade analítico-comportamental, o tema não era isento de questionamentos. Com isso, Conine et al. (2022) sugerem uma postura omissa dos responsáveis pelo JABA a respeito do tema, dado que o editorial seria a primeira crítica publicada pelo corpo editorial do periódico dirigida ao estudo de Rekers e Lovaas, após um hiato de quase 40 anos.

O editorial também chama a atenção quando se consideram outros fatos relacionados à comunidade analítico-comportamental, como a escassez de literatura crítica referente às terapias de reorientação sexual (Morris et al., 2021) e a despreocupação com ações que coloquem os profissionais em contato com essa literatura, história e terminologias relacionadas a tais práticas (Conine et al., 2022). Por fim, o código de ética seguido pelo SEAB não explicita a problemática representada por essas terapias, o que pode dificultar que profissionais cheguem a conclusões adequadas sobre o tema (Morris et al., 2021).

Adicionalmente, as organizações de Análise do Comportamento não apresentaram, até o momento, um posicionamento formal sobre os danos da terapia de reorientação sexual e, tampouco, articularam clara oposição à prática (Conine et al., 2022). Isso contrasta com o posicionamento, explicitamente contrário a esse tipo de prática, de diversas outras organizações de psicologia e medicina, como a *American Psychological Association*, a *American Psychiatry Association*, a *American Academy of Pediatrics*, a *American Medical Association*, entre outras (Conine et al., 2022).

Apesar das omissões de órgãos representantes da Análise do Comportamento, alguns autores e autoras identificados com essa abordagem teórica têm problematizado a história da atuação de analistas do comportamento com a população LGBTQIA+ (Carvalho et al., 2013; Capriotti & Donaldson, 2022; Conine et al., 2022; DeFelice & Diller, 2019; Morris et al., 2021).

Carvalho et al. (2013), por exemplo, analisaram o tratamento dado ao tema da homossexualidade em estudos publicados no JABA entre os anos de 1968 e 2010. Os autores constataram que, em pelo menos cinco dos dez estudos encontrados, a homossexualidade era considerada explicitamente um desvio da norma social,

apresentando propostas de intervenções que visavam mudanças com o emprego de técnicas de modificação do comportamento.

Em outro estudo, Morris et al. (2021) revisaram o tratamento dado pela Análise do Comportamento aos grupos LGBTQIA+ em trabalhos publicados nos periódicos listados nos sites da *Association for Behavior Analysis International* (ABAI) e da *Behavior Analyst Certification Board* (BACB). Apenas doze artigos foram obtidos: dois referentes a estudos experimentais de reorientação sexual (Barlow & Agras, 1973; Rekers & Lovaas, 1974); três artigos de comentários (Nordyke et al., 1977; Rekers, 1977; Winkler, 1977) (sendo dois deles críticos aos estudos de reorientação); duas pesquisas de opinião (Brady & Levitt, 1965, 1965) que investigaram a correlação entre preferências sexuais atuais e as experiências sexuais prévias em homens estudantes universitários; um estudo (Dancey, 1990) que buscou variáveis que diferenciassem mulheres heterossexuais de mulheres homossexuais; dois estudos de caráter conceitual, um deles (Malott, 1996) discutindo a compreensão comportamentalista radical do desenvolvimento da orientação sexual e identidade de gênero, e outro (Snyckerski et al., 2018) propondo a análise comportamental de narrativas sociais contra pessoas LGBTQIA+; e dois *calls to action*, focados em fornecer à Análise do Comportamento uma base conceitual (DeFelice & Diller, 2019), informações e ferramentas (Leland & Stockwell, 2019) para o exercício de práticas afirmativas para as mulheres e a população LGBTQIA+. Os hiatos temporais entre cada um dos períodos de publicações, bem como o pequeno número de trabalhos propondo o apoio à comunidade LGBTQIA+, denotam, segundo os autores, a baixa contribuição da Análise do Comportamento nesse campo (Morris et al., 2021).

Apesar de alguns trabalhos recentes (e.g., Capriotti & Donaldson, 2022; Conine et al., 2012; Morris et al., 2021) terem por objetivo reparar um dano histórico a população LGBTQIA+, problematizando as terapias de reorientação sexual no âmbito da Análise do

Comportamento, nenhum deles investigou detalhadamente o posicionamento ético dos autores responsáveis por esses estudos em seu próprio contexto histórico. Com isso, corre-se o risco de que esses trabalhos sejam acusados de cometerem o equívoco historiográfico do “presentismo”, entendido como a prática de olhar para o passado com os olhos do presente (Cruz, 2006). Esse é justamente o argumento apresentado na sustentação de SEAB e LeBlanc (2020) de que o estudo de Rekers e Lovaas (1974) não deveria ser retratado, pois não era considerado antiético em seu próprio contexto histórico (Conine et al., 2022). Johnson (2022) questiona esse argumento, mencionando que, na época, havia posicionamentos contrários a estudos como o de Rekers e Lovaas (1974), na própria Análise do Comportamento. Com isso, fica demonstrada a necessidade de uma análise histórica sobre os embates ocorridos em torno das terapias de reorientação sexual nesse período.

Considerando que estudos anteriores já destacaram a participação de analistas do comportamento na defesa e condução de terapias de reorientação sexual (Capriotti & Donaldson, 2021; Carvalho et al., 2013; Conine et al., 2022; Johnson, 2022; Morris et al., 2021), este trabalho buscou dar um primeiro passo para preencher uma lacuna nessa história, identificando analistas do comportamento críticos aos procedimentos de reorientação sexual.

## **2. Objetivos**

### 2. 1. Objetivo Geral

Resgatar debates críticos sobre terapias de reorientação sexual que contaram com a participação de analistas do comportamento na década de 1970.

### 2. 2. Objetivos Específicos

- Identificar analistas do comportamento que apresentavam um posicionamento crítico às terapias de reorientação sexual na década de 1970.
- Sistematizar os argumentos utilizados por críticos e defensores das terapias de reorientação sexual.
- Reconstruir o contexto histórico subsidiário da postura dos analistas do comportamento críticos aos procedimentos de reorientação sexual na década de 1970, bem como de seus principais interlocutores.
- Contextualizar os debates na relação entre ciência e política.

### 3. Método

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa histórica, que adotou como recorte temporal a década de 1970. A justificativa para esse recorte encontra-se no fato de ser um período de intensos debates sociais e mudanças na opinião pública sobre a homossexualidade nos Estados Unidos, afetando a psicologia em geral e a Análise do Comportamento em especial (Johnson, 2022; Morgan & Nerison, 1993).

#### 3.1. Procedimento de seleção das fontes

A busca das fontes teve como ponto de partida o Capítulo 7 (*Ethical concerns and decision making in psychotherapy with adults*) do relatório da *American Psychological Association* (2009), que revisou dados sobre tentativas de reorientação sexual na prática clínica entre os anos 1960 e 2007, bem como o estudo de Carvalho et al. (2011), que revisou os artigos publicados no JABA sobre a temática LGBTQIA+ entre os anos de 1968 e 2010.

Do capítulo 7 (*Ethical concerns and decision making in psychotherapy with adults*), foram recuperados os trabalhos publicados nos anos 1970, cujos títulos e resumos apontassem para discussões críticas sobre a temática. Foram obtidos dois trabalhos de um analista do comportamento, Gerald C. Davison (1976, 1978), publicados no *Journal of Consulting and Clinical Psychology*. Uma busca adicional foi, então, realizada nas publicações da década de 1970 desse mesmo periódico, recuperando-se três réplicas a Davison (1976) (Bieber, 1976; Halleck, 1976; Sturgis & Adams, 1978), uma tréplica do autor (Davison, 1978), e um artigo de Russell e Winkler (1977).

Do trabalho de Carvalho et al. (2011), foram recuperados os estudos cujo conteúdo apontasse para discussões críticas sobre a temática dos procedimentos de reorientação sexual, bem como as réplicas e suas eventuais tréplicas. Seguindo esse critério, foram

recuperados três artigos, sendo dois de teor crítico (Nordyke et al., 1977; Winkler, 1977) e uma réplica dirigidas aos autores (Rekers, 1977). Uma nova busca foi efetuada no JABA, considerando o recorte temporal (anos 1970), mas não foram obtidos novos resultados. Entretanto, frente à identificação de que as críticas de Winkler (1977) e Nordyke et al. (1977) se direcionavam a uma publicação prévia (Rekers & Lovaas, 1974), o estudo dos autores foi incorporado na reconstrução do debate.

Uma vez que G. C. Davison e R. C. Winkler foram autores de mais de uma das publicações recuperadas, novos artigos foram buscados em seus perfis de usuário no *Google Scholar*. Apenas o perfil de Davison foi encontrado (Winkler faleceu em 1986), no qual foram recuperados mais três artigos, dois publicados no periódico *Behavior Therapy* (Davison & Wilson, 1973; Wilson & Davison, 1974) e um publicado no *Journal of Homosexuality* (Davison, 1977). Uma nova busca foi realizada nesses periódicos. No *Behavior Therapy* nenhum novo artigo foi recuperado, e no *Journal of Homosexuality* foram recuperadas três réplicas (Binder, 1977; Feldman, 1977; McConaghy, 1977) ao artigo de Davison (1977).

Os artigos recuperados ao final de todo o processo de busca estão listados cronologicamente na Tabela 1.

**Tabela 1**

*Artigos recuperados, ordenados por ano de publicação.*

<b>Ano</b>	<b>Autores e título da publicação</b>	<b>Periódico</b>
1973	Davison, G. C., & Wilson, G. T. Atitudes of Behavior therapists toward homosexuality.	Behavior
1974	Wilson, G. T., & Davison, G. C. Behavior therapy and homosexuality: A critical perspective.	Therapy
1976	Davison, G. C. Homosexuality: The ethical challenge.	

1976	Bieber, I. A discussion of "Homosexuality: The ethical challenge."	
1976	Halleck, S. L. Another response to "Homosexuality: The ethical challenge."	
1977	Russell, A., & Winkler, R. Evaluation of Assertive Training and Homosexual Guidance Serice Groups Designed to Improve Homosexual Functioning.	Journal of Consulting and Clinical Psychology
1978	Sturgis, E. T., & Adams, H. E. The right to treatment: Issues in the treatment of homosexuality.	
1978	Davison, G. C. Not can but ought: The treatment of homosexuality.	
1977	Davison, G. C. Homosexuality and the ethics of behavioral intervention: Paper 1 Homosexuality, the ethical challenge.	
1977	Feldman, P. Helping homosexual with problems: A commentary and a personal view.	Journal of Homosexuality
1977	McConaghy, N. Behavioral intervention in homosexuality.	
1977	Binder, C. V. Affection training: An alternative to sexual reorientation.	
1974	Rekers, G. A., & Lovaas, O. I. Behavioral treatment of deviant sex-role behaviors in a male child.	
1977	Winkler, R. C. What types of sex-role behavior should behavior modifiers promote?	Journal of Applied Behavior Analysis
1977	Nordyke, N. S., Baer, D. M., Etzel, B. C., & LeBlanc, J. M. Implications of the stereotyping and modification of sex role.	
1977	Rekers, G. A. Atypical gender development and psychosocial adjustment.	

Nos casos de trabalhos que não foram publicados em uma revista específica de Análise de Comportamento (i.e., JABA), a confirmação da identificação dos autores

críticos com essa orientação teórica foi estabelecida pela leitura dos trabalhos recuperados. Os critérios para essa identificação incluíram a presença dos seguintes pontos: a defesa explícita da teoria comportamental como abordagem teórica do trabalho; a atribuição da relevância da análise funcional do comportamento; e a sustentação do determinismo ambiental como princípio teórico para explicação do comportamento. Adicionalmente, dados biográficos também foram considerados para a classificação de alguns desses autores como analistas do comportamento na época da publicação dos trabalhos recuperados. Davison, por exemplo, explicitou sua filiação teórica com a Análise do Comportamento em uma narrativa autobiográfica sobre seu posicionamento acerca dos procedimentos de reorientação sexual (Davison, 2016). Já no caso das réplicas dirigidas aos textos críticos de analistas do comportamento, não houve restrição na recuperação dos artigos, incluindo, assim, autores com diferentes orientações teóricas.

### 3.2. Procedimento de análise e organização das fontes

Os artigos selecionados foram lidos na íntegra, e as informações organizadas em fichamentos para cada um dos textos, com destaque para os argumentos relativos às terapias de reorientação sexual. Na medida em que alguns dos artigos selecionados eram réplicas ou tréplicas, foi possível, nesses casos, identificar tanto os argumentos críticos quanto os em defesa das terapias de reorientação sexual. A partir desse agrupamento de críticas, réplicas e, em alguns casos, tréplicas, foram identificados e reconstruídos os debates sobre o tema protagonizados por analistas do comportamento na década de 1970.

#### **4. A reconstrução dos debates sobre terapias de reorientação sexual**

Com a leitura e organização do material selecionado, foi possível identificar dois debates que envolveram analistas do comportamento críticos das terapias de reorientação sexual. Além da relação com réplicas e trélicas, a delimitação dos debates foi orientada pela recorrência de autoria dos artigos recuperados para análise. Partindo desses critérios, cada um dos debates passou a ser reconstruído, considerando o protagonismo de um autor que tivesse participado recorrentemente das publicações. Por exemplo, Nordyke et al. (1977) apresentaram uma resposta crítica relevante ao estudo de Rekers e Lovaas (1974), mas não foram encontradas outras publicações dos autores que dessem continuidade ao debate naquele contexto. Sendo assim, ficou estabelecido que o primeiro debate foi protagonizado por Gerald C. Davison, e o segundo por Robin Winkler.

A análise do material também mostrou uma semelhança temática nos dois debates, o que permitiu o agrupamento dos argumentos e contra-argumentos em torno de três eixos (teórico-metodológico; ético e normativo; e sociopolítico).

O eixo teórico-metodológico consiste nos argumentos e contra-argumentos de caráter teórico adotado(s) pelo(s) autor(es) em seus aspectos filosóficos (e.g., Behaviorismo Radical, Psicanálise, entre outros), técnicos (e.g., na aplicação clínica) ou metodológicos (e.g., na pesquisa empírica). O eixo ético e normativo se refere aos argumentos e contra-argumentos em torno da perspectiva ética adotada pelos autores em relação aos homossexuais e discussões sobre as normas culturais de gênero e sexualidade por eles sustentadas (e.g., perspectiva patológica, de normalidade, entre outras). Por fim, o eixo sociopolítico diz respeito aos argumentos e contra-argumentos acerca dos aspectos políticos, sociais e institucionais em torno do tema.

Cabe ressaltar que, de modo a manter o sentido e fluidez do debate, os argumentos e contra-argumentos dos autores em alguns momentos não se encontrarão precisamente

reconstruídos dentro dos eixos propostos. Isso se deve à relação entre alguns eixos (e.g., ético e sociopolítico), ou pelo fato de os autores, por vezes, iniciarem seus argumentos em um dos eixos propostos e, em seguida migrarem para outro eixo em seu desenvolvimento argumentativo.

Segue-se, assim, a apresentação de cada debate reconstruído considerando seu(s) protagonista(s) e os argumentos e contra-argumentos agrupados em cada um dos três eixos temáticos.

#### 4.1. Primeiro debate

O primeiro debate reconstruído acerca de terapias de reorientação sexual protagonizado por G. C. Davison, iniciou-se com uma sequência de três artigos críticos, publicados em 1973, 1974 e 1976. Os dois primeiros artigos tiveram como coautor G. T. Wilson, e foram publicados no periódico *Behavior Therapy*. O artigo de 1976, de autoria de Davison, foi publicado no *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, em um número que contou com réplicas de Irving Bieber e Seymour L. Halleck. Em 1978, no mesmo periódico, E. Sturgis e H. E. Adams publicaram mais uma réplica ao artigo de Davison de 1976, que foi acompanhada de uma tréplica do autor, publicada no mesmo número. O debate teve prosseguimento com a publicação de uma nova versão do artigo de 1976, um ano depois, no *Journal of Homosexuality*, em um número que contou com as réplicas de Nathaniel McConaghy, Carl V. Binder, e Philip Feldman.

A Tabela 2 apresenta os artigos que compõem o debate em ordem cronológica, considerando os textos críticos iniciais e suas respectivas réplicas/tréplicas.

**Tabela 2**

*Artigos do primeiro debate.*

<b>Autor(es), ano e periódico</b>	<b>Autor(es), ano e periódico - Réplica</b>	<b>Autor, ano e periódico – Tréplica</b>
Davison, G. C., & Wilson, G. T. (1973). <i>Behavior Therapy</i> .		
Wilson, G. T., & Davison, G. C. (1974). <i>Behavior Therapy</i> .		
Davison, G. C. (1976). <i>Journal of Consulting and Clinical Psychology</i> .	Halleck, S. L. (1976). <i>Journal of Consulting and Clinical Psychology</i> .	

Bieber, I. (1976). Journal of Consulting and Clinical Psychology.
Sturgis, E. T., & Adams, H. Davison, G. C. (1978). E. (1978). Journal of Consulting and Clinical Psychology.
Davison, G. C. (1977). Binder, C. V. (1977). Journal of Homosexuality.
Feldman, P. (1977). Journal of Homosexuality.
McConaghy, N. (1977). Journal of Homosexuality.

#### 4.1.1. Argumentos e contra-argumentos teórico-metodológicos

O primeiro artigo do debate, publicado por Davison e Wilson (1973), discutiu as atitudes de terapeutas comportamentais em relação à homossexualidade. Para tanto, os autores conduziram uma pesquisa de opinião com 224 terapeutas comportamentais vinculados à *Association for Advancement of Behavior Therapy* (AABT) e à *British Behavior Therapy Association*. Esses profissionais foram indagados por correspondência sobre suas atitudes em relação à homossexualidade e seu manejo terapêutico com essa população.

Davison e Wilson (1973) enfatizaram que mais de dois terços dos terapeutas consultados menosprezavam as complexidades do tema da sexualidade e gênero já no processo de avaliação, ignorando especificidades topográficas do comportamento homossexual. Com isso, eles partiam do princípio de que homossexuais constituíam uma população homogênea, que compartilhava um comportamento-alvo comum. Um exemplo dessa concepção aparecia em estudos que distribuíam os pacientes

aleatoriamente entre diferentes condições de tratamento, negligenciando até mesmo as distinções entre homens e mulheres na avaliação do comportamento homossexual. Além disso, as análises funcionais observadas nas pesquisas eram frequentemente incompletas (Davison & Wilson, 1973).

Sustentando a relevância de se considerar as diferenças na população homossexual, Wilson e Davison ilustraram a distinção entre sexos em um artigo posterior (Wilson & Davison, 1974), sugerindo que as mulheres poderiam ser menos estimuladas visualmente do que os homens e mais propensas a entrar em uma relação romântica antes de efetivar o ato sexual. Já no que se refere a possíveis diferenças entre homens homossexuais “ativos” e “passivos”, Wilson e Davison (1974) conjecturaram que os ativos poderiam ser mais orientados à heterossexualidade convencional em decorrência da semelhança topográfica entre o sexo anal e oral praticado com homens e o sexo vaginal e oral praticado com mulheres.

De acordo com Wilson e Davison (1974), o adequado emprego da análise funcional era necessário ao desenvolvimento de novos repertórios comportamentais, levando ao uso de técnicas como modelação, reversão comportamental, treinamento assertivo e atribuição de tarefas de casa. No entanto, os terapeutas comportamentais davam enfoque à redução do comportamento homossexual com procedimentos aversivos e apenas secundariamente, buscavam promover o comportamento heterossexual propriamente dito (Davison & Wilson, 1973; Wilson & Davison, 1974). Para os autores, quando a avaliação levasse à conclusão de que a homossexualidade se devia à ansiedade heterossexual, o tratamento poderia ser a dessensibilização sistemática, acrescida das técnicas supracitadas (Davison & Wilson, 1974). Por outro lado, se o objetivo fosse a promoção da excitação heterossexual, a intervenção ideal seria reforçar sua ocorrência (Davison & Wilson, 1974).

No que se refere a discussões sobre a efetividade das técnicas de reorientação sexual, Wilson e Davison (1974) destacaram a necessidade de mais estudos comparativos que investigassem técnicas comportamentais isoladas e combinadas. Já em um aspecto mais geral, os autores sugeriram a necessidade de uma melhor compreensão dos padrões comportamentais complexos que constituem o que se denomina de “homossexualidade”, por se tratar de um pré-requisito necessário aos estudos sobre a modificação do comportamento (Wilson & Davison, 1974)

Em dois artigos posteriores, Davison (1976, 1977) também considerou um problema teórico a defesa do consentimento ou voluntariedade do paciente como principal critério para a condução de terapias de reorientação sexual. Para o autor, a insistência nesse critério por parte de terapeutas comportamentais contradizia o compromisso meta-teórico da Análise do Comportamento com o determinismo (Davison, 1976, 1977). Se o comportamento é determinado, a escolha de um paciente por um procedimento é apenas mais um comportamento que, como tal, também é função de variáveis ambientais (e não uma escolha livre e autônoma).

Outro problema teórico identificado por Wilson e Davison (1974) na abordagem do comportamento homossexual por parte de alguns terapeutas foi a prática de combinar técnicas comportamentais com modelos explicativos de outras teorias, como a psicanálise. Em uma crítica aos estudos de Irving Bieber, os autores indicaram problemas decorrentes da incompatibilidade entre a teoria freudiana – adotada por ele – e a teoria comportamental. Segundo os autores, a teoria psicanalítica conceberia o desenvolvimento sexual como manifestações sucessivas de um impulso biológico fixo, ao passo que, na teoria comportamental, a homossexualidade seria um conjunto de comportamentos aprendidos e mantidos da mesma forma que a heterossexualidade.

Em um artigo posterior, Davison (1976) complementou as críticas a interpretações psicanalíticas do comportamento homossexual. De acordo com ele, apesar de algumas pesquisas (e.g., Bieber et al., 1962) demonstrarem diferenças no padrão familiar e de desenvolvimento entre heterossexuais e homossexuais, isso não indicava determinação patológica, mas apenas diferenças entre os grupos pesquisados. O mesmo argumento se aplicaria aos maiores índices de transtornos afetivos observados em homossexuais, indicados por alguns estudos desse período. Esses resultados poderiam ser entendidos como uma consequência direta do preconceito social vivenciado por essa população (Davison, 1976).

Respondendo às críticas de Davison (1976), Bieber (1976) reafirmou o caráter psicopatológico da homossexualidade, pautado em “evidências” obtidas por ele próprio em consultas psiquiátricas realizadas no início dos anos 1960 com 850 homens homossexuais. As conclusões extraídas dessas consultas foram de que a mãe e o pai desses homens frequentemente não mantinham uma boa relação entre si, de tal forma que as mães passavam a preferir os filhos ao próprio marido. Como consequência, essas mães tornavam-se excessivamente íntimas e “desmasculizantes” em relação aos filhos, ao passo que a relação entre os pais e seus filhos homossexuais era sempre negativa, com os pais desapegados, abertamente hostis ou ausentes (Bieber, 1976). Bieber (1976) também defendeu que sua perspectiva psicanalítica o tornaria apto a visualizar as relações familiares perturbadas e a conduta possessiva das mães, enquanto a perspectiva comportamental de Davison o levaria a omitir o histórico de vida e familiar do paciente, considerando assim a homossexualidade como um comportamento normal (Bieber, 1976).

#### 4.1.2. Argumentos e contra-argumentos éticos e normativos

Apesar de, no artigo de 1974, Wilson e Davison darem ênfase aos problemas teórico-metodológicos de estudos de reorientação sexual com homossexuais, eles também abordaram alguns aspectos éticos. Um deles foi a defesa do emprego de procedimentos “benignos” em lugar de procedimentos aversivos no processo de reorientação sexual. Para essa defesa, os autores basearam-se em um estudo anterior do próprio Davison (1968), que ensinou um paciente a se tornar excitado frente a um estímulo inicialmente neutro apresentado logo após a masturbação. Vale ressaltar, no entanto, que no seu artigo de 1976, Davison mudou sua posição sobre o uso desses procedimentos. Ele passou a sustentar que os dados sobre a efetividade das terapias de reorientação sexual não deveriam ser os aspectos mais relevantes a serem levados em consideração no debate, mas sim a própria oferta desses procedimentos aos pacientes, que violariam os seus direitos básicos.

Outro aspecto ético abordado no artigo de 1974 foi a defesa dos terapeutas comportamentais de sua época do emprego de procedimentos aversivos. Geralmente, a justificativa era que tais procedimentos seriam legítimos quando o próprio paciente solicitasse ou consentisse. Segundo Wilson e Davison (1974), esse consentimento já vinha sendo questionado pelos membros da *Gay Liberation Front*. Em discussões posteriores, Davison (1976, 1977, 1978) enfatizou o caráter “determinista” do consentimento, argumentando que o preconceito da sociedade, reproduzido acriticamente por terapeutas, era o que levava os pacientes a procurarem por procedimentos de reorientação sexual. Com isso, Davison (1976, 1977) propôs que terapeutas comportamentais reconhecessem que a terapia não era neutra e, rompendo com a reprodução de preconceitos contra homossexuais, deixassem de oferecer tais procedimentos.

O preconceito dos terapeutas em relação à homossexualidade também se refletia em aspectos normativos de sexualidade que influenciavam diretamente os estudos de reorientação sexual. Para Wilson e Davison (1974), isso ficava evidente na perspectiva psicanalítica, que vinculava a homossexualidade à anormalidade. Já de uma perspectiva comportamental, “normal” e “anormal” seriam apenas rótulos que refletem os valores sociais daqueles que rotulam. Em 1976, em seu artigo solo, Davison afirmou que os vieses dos terapeutas consistiam em, primeiramente, avaliarem a conduta homossexual como patológica e, posteriormente, procurarem um histórico que a fundamentasse. De acordo com o autor, essa postura poderia ter relação com a perspectiva psicanalítica adotada na compreensão da homossexualidade, que, por vezes, era combinada com técnicas comportamentais para reorientar a sexualidade do paciente (Davison, 1976).

Irving Bieber tentou responder às críticas à psicanálise em sua réplica, publicada em 1976. De acordo com o autor, Freud auxiliou no abandono do mito de que a homossexualidade era uma doença degenerativa ou ainda uma prática imoral, pecaminosa ou criminosa, elucidando-a, assim, como um problema psicológico, decorrente de uma obstrução no desenvolvimento psíquico normal (Bieber, 1976). Assim, Bieber (1976) conclui que figuras como Davison (1976) representavam um novo mito, que via a homossexualidade como uma mera variante da sexualidade normal, disseminando, assim, a desinformação, sem alterar em nada o preconceito social sofrido por esse grupo.

Cabe ressaltar que McConaghy (1977), Binder (1977) e Feldman (1977) também discordaram de Davison a respeito da restrição dos procedimentos de reorientação sexual. Feldman (1977), por exemplo, afirmou que a recusa de um terapeuta em fornecer os procedimentos de reorientação sexual, embasada no argumento da imposição social de valores associados a heterossexualidade (como casar e constituir uma família), implicaria

que esse terapeuta estaria defendendo que os pacientes só poderiam ser felizes pelas formas aprovadas por ele.

Halleck (1976), em sua réplica, concordou com a análise de Davison (1976) de que a terapia não é um empreendimento neutro, e que o posicionamento de terapeutas em relação à homossexualidade seria um julgamento de valor que poderia tornar a terapia opressiva. No entanto, assim como os demais opositores de Davison (Bieber, 1976; Binder, 1977; Feldman, 1977; McConaghy, 1977; Sturgis & Adams, 1978), Halleck criticou a proposta de não oferecer, de modo algum, técnicas de reorientação sexual a pacientes. Segundo Halleck, isso poderia se converter em um risco aos pacientes, dada a existência de questões éticas complexas que demandariam uma avaliação clínica caso a caso. Para ilustrar seu argumento, o autor mencionou demandas que considerava justificáveis para o emprego de técnicas de reorientação sexual, como o desejo de casar e constituir família, o medo de opressões, o sentimento de culpa durante ato sexual, o medo da heterossexualidade, a necessidade de controle de impulsos sexuais para preservar o casamento, os casos de pedofilia (Halleck, 1976).

Considerando todas essas possibilidades, Halleck (1976) sustentou que os procedimentos de reorientação sexual não deveriam ser instituídos até que uma avaliação detalhada esclarecesse as reais motivações do paciente e suas possíveis consequências. Ele propôs, como alternativa ao abandono do uso das técnicas comportamentais, o diálogo e conscientização junto ao paciente. Nesse aspecto, Halleck (1976) compreendia a questão da voluntariedade e consentimento no processo terapêutico como relacionada à quantidade de informações que o paciente possuía. Algumas dessas informações incluiriam: o que está causando suas dificuldades, o efeito potencial do tratamento, e até mesmo quais são as teorias psicológicas e biológicas atuais sobre a homossexualidade e como elas se relacionam com o paciente. Adicionalmente, alguns aspectos fundamentais

no diálogo entre terapeuta e paciente incluíam: avaliar a forma como o paciente pesa as gratificações e privações do papel homossexual contra as gratificações e privações decorrentes do seu abandono, bem como a avaliação do paciente sobre o que ele abdicará ou ganhará se engajar-se em tal mudança. Para Halleck (1976), a maior parte dos pacientes mudaria de ideia sobre a reorientação sexual após serem devidamente instruídos sobre esses aspectos. A partir daí, seria possível auxiliá-los a encontrar formas de sobreviver em uma sociedade opressora e obterem satisfação mesmo sem poder constituir uma família (Halleck, 1976).

Reiterando as críticas de Halleck (1976) a Davison (1976), Sturgis e Adams (1978) deram ênfase à necessidade de o terapeuta expor seus valores aos pacientes. Isso possibilitaria ao paciente avaliar se aceitaria ou rejeitaria as opções de tratamento disponíveis, levando-o a conhecer também as possíveis consequências das técnicas utilizadas (Sturgis & Adams, 1978).

Outra crítica de Sturgis e Adams (1978) aos argumentos de Davison (1976) referia-se à alegação de que o preconceito contribuía para os problemas psicológicos de homossexuais. Para os autores, apesar de válida, tal conclusão implicaria que o preconceito social seria exclusivo da homossexualidade. Para eles, no entanto, tais pressões existem para quaisquer comportamentos fora da norma, como a questão étnica e racial, em relação às mulheres bem-sucedidas, entre outros (Sturgis & Adams, 1978). Os autores acrescentaram ainda que apenas investigações empíricas poderiam constatar se homossexuais sofrem mais preconceito que outros grupos (Sturgis & Adams, 1978).

Respondendo à questão do preconceito, colocada por Davison (1977), Feldman (1977) argumentou que a disponibilidade da terapia de reorientação sexual só apoiaria o preconceito se ela estivesse sendo apresentada como a única alternativa a esse público, o que, segundo o autor, não ocorria. Ao enfatizar a disponibilidade de alternativas, Feldman

(1977) recorria à “escolha” do paciente como principal critério para a condução de terapias de reorientação sexual, ao mesmo tempo em que eximia os terapeutas de apresentarem um posicionamento explícito sobre o “tratamento” da homossexualidade.

Tanto McConaghy (1977) quanto Feldman (1977) afirmaram que o argumento de Davison (1977), de que os terapeutas estariam fundamentando suas intervenções de reorientação sexual na patologização do comportamento homossexual, carecia de respaldo empírico. Feldman (1977) lembrou da pesquisa de opinião realizada pelo próprio Davison em 1973 (Wilson & Davison, 1973), na qual a maioria dos terapeutas havia negado que a homossexualidade indicava patologia, concordando que os homossexuais poderiam ser felizes com sua própria orientação sexual.

Na mesma linha argumentativa de McConaghy (1977) e Feldman (1977), Sturgis e Adams (1978) argumentaram que Davison (1976) estaria equivocado ao dizer que a vinculação da homossexualidade à anormalidade ou “doença” seria um pré-requisito necessário para os terapeutas fundamentarem suas práticas de reorientação sexual. Nesse aspecto, eles afirmaram que muitas pessoas que procuram por intervenções comportamentais são apenas indivíduos funcionais que experienciam dificuldades em alguns aspectos de suas vidas. Dessa forma, se for problemático tratar daqueles que relatam insatisfação com suas preferências sexuais, então também o seria tratar indivíduos insatisfeitos com padrões de comportamentos não sexuais (Sturgis & Adams, 1978). Para os autores, um clínico que respondesse diferentemente à homossexualidade estaria reagindo às pressões sociais e políticas, em vez das questões básicas referentes ao tratamento (Sturgis & Adams, 1978).

Em seu artigo de 1978, Davison apresentou uma tréplica ao argumento de Sturgis e Adams (1978) acerca de suas noções de voluntariedade e consentimento do paciente pela busca e aceitação de procedimentos de reorientação sexual. Nesse aspecto, Davison

(1978) afirma que a ação eticamente mais adequada não necessariamente era a que tornava seus pacientes mais satisfeitos, mas, eventualmente era o contrário, sobretudo em situações nas quais os objetivos da terapia almejados pelo paciente fossem eticamente questionáveis.

Para Davison (1976), a escassez de publicações, somada à disponibilidade das técnicas de reorientação sexual aos terapeutas, favoreceu o seu emprego, o que também pode ser observado na conceituação que os terapeutas comportamentais faziam dos seus pacientes em termos da técnica. Para o autor, os terapeutas comportamentais terminavam por apresentar uma contradição aos pacientes: de um lado, afirmam que seus comportamentos são “normais” e, de outro, disponibilizam técnicas, inclusive dolorosas, destinadas a eliminar esses mesmos comportamentos (Davison, 1976).

#### 4.1.3. Argumentos e contra-argumentos sociopolíticos

Em seu artigo de 1976, Davison abordou, pela primeira vez questões relacionadas às terapias de reorientação sexual em um viés explicitamente político. Nesse texto, o autor defendeu que não havia neutralidade ética e política por parte dos terapeutas, reiterou a ampla variabilidade no espectro da sexualidade humana, e reafirmou sua crítica à patologização da homossexualidade. Ele também demonstrou um posicionamento bem estabelecido sobre minorias, mencionando as críticas da *American Civil Liberties Union* (ACLU) a determinados programas institucionais associados à terapia comportamental. Nesse contexto, o autor indicou que, muitas vezes, em terapias comportamentais, os treinos de redução de ansiedade e de assertividade tinham como alvo os oprimidos, em vez de promoverem mudanças nos opressores (Davison, 1976).

No artigo de 1974, Wilson e Davison já tinham proposto que terapeutas comportamentais poderiam atuar em nível social. Isso se daria via diálogo com grupos

gays, apoiando a revogação de leis contra relações sexuais consentidas entre adultos do mesmo sexo e o direito de se reunirem publicamente. Posteriormente, Halleck (1976) apontou questões semelhantes, tecendo críticas aos terapeutas comportamentais de sua época por não avaliarem, junto a seus pacientes, o significado do comportamento em termos de sistemas sociais. Segundo o autor, muitos terapeutas até mesmo orgulhavam-se de sua habilidade de mudar o comportamento sem necessitar de tais diálogos, evidenciando o caráter estritamente técnico de suas intervenções (Halleck, 1976).

Sturgis e Adams (1978) opuseram-se à defesa de Davison (1976) de que terapeutas deveriam atuar nos sistemas sociais e não nos indivíduos. Para os autores, as mesmas considerações de Davison em relação aos direitos dos homossexuais deveriam ser aplicadas à sociedade: a intervenção deveria ser por ela solicitada e consentida. Se forçar o paciente a mudar seria errado, então o mesmo se aplicaria à sociedade, que, segundo os autores, não seria menos complexa que o indivíduo e demanda cooperação para que se promovam mudanças. De acordo com Sturgis e Adams (1978), com indivíduos como pacientes, a terapia poderia ser objetiva, empiricamente fundamentada e ética – aspectos que escapariam aos profissionais quando eles se voltam para a sociedade.

Sturgis e Adams (1978) fazem também uma espécie de alerta a Davison: mesmo que o sofrimento de homossexuais fosse decorrente do preconceito sofrido, não se seguiria que a solução do problema seria a modificação das atitudes da sociedade. Ademais, para os autores, os vieses dos terapeutas comportamentais apontados por Davison (1976) ocorriam em relação a todas as instâncias do comportamento humano, e não apenas em relação aos homossexuais. Diante disso, de acordo com os autores, caberia aos psicólogos orientarem-se exclusivamente pelos dados:

Embora psicólogos devam tentar educar o público sobre as questões factuais relacionadas à homossexualidade (ou outros padrões de comportamento), eles

deveriam abster-se de apresentar informações que não estejam baseadas em dados. A propaganda social ou esforços de reeducação baseados em opiniões pessoais, em vez de evidências empíricas, podem ter consequências drásticas para a sociedade e para a profissão. (Sturgis & Adams, 1978, p.127).

Davison (1978) apresentou uma tréplica a Sturgis e Adams (1978), alegando que os autores não compreenderam devidamente a proposta do seu artigo de 1976. De acordo com Davison, embora os indivíduos pudessem se beneficiar simplesmente abdicando de programas de reorientação sexual, as suas propostas de intervenção poderiam ser melhor interpretadas a partir de uma perspectiva institucional, em contraposição ao enfoque individual adotado pelos autores.

Davison (1978) afirmou ainda que Sturgis e Adams (1978) estavam corretos a respeito de seus argumentos serem baseados em considerações sociopolíticas, em detrimento de dados empíricos. Eles falharam, no entanto, em compreender que os temas com que os terapeutas vinham lidando eram justamente de natureza política, transcendendo considerações de pesquisa empírica. Dessa forma, Davison (1978) conclui que as críticas dos autores foram irrelevantes para o seu artigo de 1976.

De acordo com Davison (1978), Sturgis e Adams (1978) também não demonstraram compreensão da natureza social da evidência científica, como o fato de que psicólogos têm ideias preconcebidas de quais dados irão obter e do que farão com eles. Além disso, Davison (1978) discordou do argumento dos autores de que ele negligenciaria uma avaliação cuidadosa das necessidades dos pacientes por não conseguir separá-las de suas próprias necessidades e pressões sociopolíticas. Para Davison, essa dicotomia é, em si mesma, problemática, uma vez que desconsidera o fato de que variáveis éticas e políticas fazem parte do empreendimento teórico analítico-comportamental (Davison, 1978).

Por fim, Davison (1978) respondeu à questão da neutralidade, apontada por Sturgis e Adams (1978). O autor defendeu que, em vez de adotar uma suposta neutralidade, os terapeutas deveriam assumir os seus vieses e aceitar os desafios decorrentes dessa aceitação. Um desses desafios, de acordo com Davison (1978), dizia respeito às discussões sobre o conteúdo do treinamento clínico, que poderia se beneficiar não só de cursos de aprendizagem e estatística, mas também de política, sociologia e filosofia.

#### 4.1.4. Discussão do primeiro debate

##### 4.1.4.1. *O contexto da “radicalização” das críticas de G. C. Davison*

Considerando as publicações analisadas no primeiro debate, fica evidente uma mudança no tipo de críticas dirigidas aos procedimentos de reorientação sexual apresentados por Davison com o passar do tempo. Embora as primeiras publicações (Davison & Wilson, 1973; Wilson & Davison, 1974) já apresentem críticas aos procedimentos de reorientação sexual, as discussões não colocavam em dúvida a necessidade desse tipo de terapia. Em geral, as críticas estavam baseadas na identificação de falhas metodológicas e teóricas cometidas por terapeutas, que dificultavam uma avaliação adequada da efetividade dos procedimentos empregados. Mesmo as críticas éticas não conduziam, nesse contexto, à conclusão de que as terapias de reorientação sexual deveriam ser abandonadas. No entanto, com o tempo, as críticas de Davison tornaram-se francamente políticas e, conseqüentemente, ele passou a defender que as terapias de reorientação sexual não deveriam ser consideradas na atuação de terapeutas comportamentais.

Essa “radicalização” é reiterada e explicada por relatos autobiográficos do autor que descrevem sua mudança de postura e crescentes críticas às terapias de reorientação

sexual e à patologização do comportamento homossexual (Davison, 2001, 2016). Davison atribui essa mudança de postura, primordialmente, ao seu contato com Charles Silverstein (1935-2023). Silverstein dirigiu o *Institute for Human Identity* e também foi o fundador do *Journal of Homosexuality*, em 1974 – espaço de onde partiram diversas discussões críticas sobre as terapias de reorientação sexual e a temática do gênero e sexualidade. O periódico também se tornou um veículo de comunicação fora do modelo médico da homossexualidade para a publicação de estudos não reconhecidos ou recusados por outros periódicos (Joyce & Schrader, 1999).

O contato inicial entre Davison e Silverstein se deu em 1972, em uma convenção da AABT no *New York Hilton* (Davison, 2001, 2016). Um pouco antes da convenção, Davison ministrou um *workshop* baseado no seu estudo produzido com Terry Wilson. Charles Silverstein, então recém-doutor pela *Rutgers Clinical Program*, estava no *workshop* e fez diversos questionamentos a Davison sobre as razões para seu envolvimento nesse tipo de prática e pesquisa. Na época, Davison argumentou que só fornecia reorientação sexual àqueles que a solicitassem, acreditando que esta era uma postura profissional responsável (Davison, 2016).

No intervalo, Silverstein pediu autorização a Davison para entregar panfletos sobre um simpósio que havia organizado para o último dia da convenção – algo que, segundo Davison (2006), parecia com os “*flyers* políticos radicais” comuns no início dos anos 1970. No final da convenção, ao perceber que perderia o próximo trem para voltar à sua cidade, Davison decidiu comparecer ao simpósio de Silverstein (Davison, 2016).

No simpósio, Silverstein argumentou que os terapeutas estavam fortalecendo o preconceito contra homossexuais com seus programas de reorientação sexual. A audiência era ainda mais radical, acusando os participantes da convenção de promoverem uma “terapia comportamental fascista”. Ao final do simpósio, Davison deixou o hotel

perturbado, “com uma mistura de ultraje, curiosidade e nascente respeito” (Davison, 2001, p. 344), o que fez com que ele começasse a rever seu trabalho sobre o tema e os treinamentos que implementara com os estudantes ao longo dos anos. Nas semanas seguintes ao evento, Davison iniciou uma série de discussões com diversos amigos, colegas e estudantes da *Stony Brook* em um seminário que ministrava sobre homossexualidade – algo que veio a selar as mudanças na sua postura sobre a admissibilidade das técnicas de reorientação sexual (Davison, 2016).

Em 1973, Davison tornou-se presidente da AABT. Segundo ele, o evento mais significativo de sua atividade na associação foi sua fala presidencial na convenção anual em novembro de 1974, em Chicago. O clima da convenção era de tensão, pois alguns dos palestrantes haviam sido abordados por grupos de ativistas que viam os terapeutas comportamentais como fascistas, o que demandou policiamento extra. Na sua fala, Davison questionou a efetividade dos métodos comportamentais para alterar a atração por pessoas do mesmo sexo (Davison, 2016).

Em 1974, Davison também defendeu veementemente, no Conselho de Diretores uma moção que propunha que a homossexualidade não era um sinal de patologia, sendo urgente que todos os profissionais de saúde mental auxiliassem na eliminação desse estigma. Eles assumiriam, assim, que o preconceito não seria modificado sem uma concessão formal de direitos humanos e civis básicos dos quais outros cidadãos gozam (Davison, 2016). Tal posicionamento foi promulgado antes da própria posição da APA. No entanto, sabendo que seria insuficiente para mudar o posicionamento de todos os membros do Conselho, Davison elencou como tema de seu discurso presidencial de 1974 o título do que viria a ser o seu artigo de 1976: *Homosexuality the ethical challenge* (Davison, 2016).

Na convenção anual da AABT de 1975, Davison apresentou um trabalho derivado de seu discurso presidencial em um simpósio intitulado *Homosexuality and the ethics of behavioral intervention* (que contou também com a participação de Silverstein). Um ano depois, ele publicou um artigo com o mesmo título do discurso presidencial no *Journal of Consulting and Clinical Psychology* (Davison, 1976). Em 1977, esse artigo foi republicado com algumas alterações no periódico *Journal of Homosexuality* (Davison, 1977).

Esse, portanto, foi o contexto do artigo de 1976, no qual Davison começou a publicar as críticas mais contundentes acerca do mito da neutralidade terapêutica e sobre o caráter não patológico da homossexualidade, denunciando a omissão de terapeutas comportamentais em assumir a noção de determinação cultural em sua avaliação dos motivos que levam os pacientes a demandarem os procedimentos de reorientação sexual. Davison passou também a desviar suas críticas dos aspectos metodológicos de algumas pesquisas aplicadas, focando-se em argumentos éticos e, principalmente, políticos sobre a pertinência de realizar ou não as intervenções. Aqui, Davison foi enfático em propor que seus colegas parassem de empregar as terapias de reorientação sexual, mesmo quando solicitadas pelos pacientes (Davison, 1976).

Davison apontou também para a difícil situação política que a Análise do Comportamento passava na época, dado que, em 1974 os terapeutas comportamentais estavam sendo enquadrados pela ACLU e no *Senate Committee* pelo senador Sam Ervin por denúncias de suas práticas. Dessa forma, Davison se associou a Richard Stuart – o novo presidente eleito da AABT, ainda em 1974 – para dar um discurso no encontro da ACLU em Milwaukee em defesa da terapia comportamental e da desmistificação da visão sensacionalista da mídia da época – como o equacionamento que Sam Ervin fez da terapia

comportamental com a lobotomia. Esse discurso de Davison tornou-se uma publicação de 1975, denominada *Behavioral Therapy and Civil Liberties* (Davison, 2016).

Em relação ao artigo *Homosexuality the ethical challenge*, cabe mencionar que a ideia inicial de Davison era publicá-lo no periódico *American Psychologist*. No entanto, Davison teria recebido uma resposta negativa do editor, que lhe adiantou que o artigo não seria aceito devido à polêmica do tema. Como alternativa, Davison recorreu ao editor do *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, que também indicou a dificuldade de publicação pelo processo editorial padrão. No entanto, esse editor propôs, como alternativa, o aceite direto do artigo, desde que Davison indicasse alguns autores para publicarem contrapontos na mesma edição do periódico. Os autores escolhidos por Davison foram Seymour Halleck e Irving Bieber (Davison, 2001). Uma linha editorial semelhante parece ter sido adotada na publicação do artigo *Homosexuality and the ethics of behavioral intervention* (Davison, 1977) no *Journal of Homosexuality*, pois três autores (Binder, Feldman e McConaghy) foram convidados a debater os artigos decorrentes das apresentações do simpósio de 1975, que foram publicados naquele número (Begelman, 1977; Davison, 1977; Silverstein, 1977).

#### 4.1.4.2. Uma análise histórica dos interlocutores

Apesar das menções positivas de Davison (1976) ao trabalho de Halleck, ele teceu fortes críticas ao estudo de Davison, em particular à sua sugestão do abandono de técnicas de reorientação sexual por terapeutas comportamentais – críticas essas que surpreenderam Davison (2001). Halleck, no entanto, pareceu apresentar uma compreensão enviesada da proposta de Davison, demonstrando maior preocupação com as consequências do abandono de certas técnicas, do que com o papel político que os terapeutas comportamentais vinham efetivamente exercendo naquele momento. Ademais, ainda que

Halleck demonstrasse preferência por intervenções inclusivas, ele não pareceu demonstrar um posicionamento tão explícito quanto Davison (1976) em relação à adesão dos terapeutas a ações coletivas que pudessem auxiliar os pacientes homossexuais.

Cabe notar ainda que os próprios exemplos que Halleck (1976) utiliza para justificar o acesso aos procedimentos de reorientação sexual atestam uma posição política perigosa para os que vinham sofrendo tais intervenções. Algumas das demandas apontadas por Halleck como justificáveis incluíam o controle da bissexualidade para a manutenção do casamento tradicional, no controle da pedofilia e as situações em que a homossexualidade decorre do “medo da heterossexualidade”. De maneira indireta, o autor tece relações bastante enviesadas entre homossexualidade, relações monogâmicas e pedofilia.

Binder (1977) adota uma linha argumentativa semelhante à de Halleck. Ele concorda com a afirmação de Davison de que parte dos terapeutas comportamentais compreende a homossexualidade como anormal. No entanto, ele propõe uma “terceira via” de atuação, ao considerar a modificação do comportamento como um processo educacional e não uma atividade curativa ou eliminativa. Para Binder, além de os terapeutas atuarem em favor da aceitação dos pacientes da sua própria sexualidade, eles poderiam ensinar aqueles com uma preferência sexual exclusiva a se tornarem sexualmente atraídos por pessoas de outro sexo, aumentando assim a sua liberdade individual. Nas palavras do autor:

Se o termo *mudar* pretende incluir a expansão, bem como a supressão de vários repertórios comportamentais, oponho-me à posição que se recusa a fornecer técnicas para mudar a orientação sexual. Mas se distinguirmos entre mudança eliminativa e mudança facilitadora, oponho-me apenas àqueles que recusariam aos seus clientes a última categoria de técnicas (Binder, 1977, p. 252).

Adicionalmente, para Binder (1977), o foco do problema social não estaria na sexualidade, mas, sim em uma cultura que pune a expressão afetiva e promove a solidão, a ansiedade interpessoal e as disfunções sexuais. A solução residiria, portanto, na promoção da afetividade:

Pessoas, em vez de gêneros, tornar-se-ão objetos de afeição, e podem ou não se tornarem objetos de atração sexual. Indivíduos serão ensinados a relaxar sem culpa com respeito ao comportamento homossexual ou heterossexual, e a serem capazes de “ligarem-se” a outros indivíduos, independente do gênero (Binder, 1977, p. 258-259).

Binder (1977) parece apresentar uma perspectiva sensivelmente diferente dos outros interlocutores de Davison, seja quando sugere a aplicação de técnicas de modificação do comportamento sexual para a ampliação da sexualidade, seja quando desloca a questão do gênero para a pessoa. O problema dessa visão quase “idealista” é que ela parece afastar-se de propostas políticas concretas no debate que estavam em curso, retirando o foco das lutas e conquistas que estavam ocorrendo naquele contexto por parte da *Gay Liberation*.

Em relação a Bieber (1976), Sturgis e Adams (1978) e McConaghy (1977), o que se verifica em suas argumentações é a adesão à noção de neutralidade no empreendimento científico (e na atuação terapêutica) e a sustentação da posição de que o preconceito social não seria a causa dos problemas vivenciados por homossexuais ou mesmo de suas demandas por procedimentos de reorientação sexual. Tampouco, para Sturgis e Adams (1978) e McConaghy (1977), a oferta de tais procedimentos era vista como vinculada à perspectiva que concebia a homossexualidade como patológica.

Vale destacar que boa parte das críticas de Bieber (1976), Feldman (1977), McCoNaghy (1977) e Sturgis e Adams (1978), voltavam-se para a suposta carência de

evidências empíricas das proposições de Davison. De acordo com esses autores, isso se demonstraria tanto na afirmação de Davison de que as intervenções dos terapeutas se pautavam em uma concepção de anormalidade (Feldman, 1977; McConaghy, 1977), quanto na de que a homossexualidade não se tratava de uma condição patológica (Bieber, 1976), ou ainda na falta de estudos sobre as consequências que certas ações sociais teriam na sociedade antes de poder torná-las propositivas (Sturgis & Adams, 1978).

Outro ponto que merece destaque são os motivos da reação de muitos opositores de Davison à proposta de que terapeutas comportamentais deveriam deixar de ofertar procedimentos de reorientação sexual. Uma hipótese plausível para essa resistência são os reforçadores (principalmente financeiros) que estavam envolvidos na condução dessas terapias. Philip Feldman, por exemplo, foi, por algum tempo, uma referência no assunto, no Reino Unido, publicando, em coautoria com M. J. MacCulloch um livro que se tornou uma espécie de manual para terapias de reorientação sexual (Feldman & MacCulloch, 1971). Seria, portanto, de se esperar que terapeutas que ganharam reconhecimento e, principalmente, dinheiro com terapias de reorientação sexual se opusessem à proposta de abandono desse tipo de terapia.

O mesmo parece ter ocorrido com Irving Bieber, que era reconhecido como um dos principais proponentes das terapias de reorientação sexual. Bieber também protagonizou a única tentativa de conduzir um estudo sobre a homossexualidade nos anos do pós-guerra com o *Committee of Medical Psychoanalysis* – vinculado a um novo grupo, a *American Academy of Psychoanalysis* (Friedman & Downey, 1998) – que não tinha filiação com a tradicional *American Psychoanalytic Association*. É interessante notar que, segundo o próprio Bieber, ele teria saído da *American Psychoanalytic Association* porque acreditava que o instituto desencorajava a livre investigação (Friedman & Downey,

1998). Portanto, é possível que a nova associação tenha sido fundada como forma de conduzir estudos que mantivessem a perspectiva psicopatológica da homossexualidade.

Um fato histórico notório que envolveu Bieber no começo de 1970, ocorreu na convenção anual da *American Psychiatry Association* em São Francisco. O espaço se tornou o foco dos movimentos da *Gay Liberation Front*, que solicitavam que a psiquiatria retirasse o diagnóstico de homossexualidade do DSM e desenvolvesse um posicionamento afirmativo em relação ao tema. Em um painel sobre homossexualidade e transexualidade, Bieber foi alvo de protestos e xingamentos públicos por parte de ativistas. Somaram-se a isso afirmações de que, se ele proferisse contra os negros as mesmas coisas que falava sobre os homossexuais, ele seria “esquartejado como merecia” (Morgan & Nerison, 1993).

Embora a *American Psychiatry Association* tenha revogado o diagnóstico de homossexualidade do DSM em 1973, Bieber respondeu a um entrevistador no mesmo ano que “um homossexual seria como uma pessoa cuja função heterossexual está aleijada, tal como as pernas de uma vítima de poliomielite” (Myers, 1991). Mesmo após as polêmicas, ao longo de toda a sua vida, Bieber manteve sua posição a respeito da homossexualidade (Myers, 1991).

## 4.2 Segundo Debate

O debate acerca de terapias de reorientação sexual protagonizado por R. Winkler, teve como ponto de partida um artigo de Rekers e Lovaas, publicado em 1974 no *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA), que descrevia uma intervenção com um menino de cinco anos de idade destinada a prevenir seu futuro “desvio sexual”. Em 1977, foram publicados no JABA dois artigos: um de autoria de Winkler (1977) e outro de autoria de Nordyke, Baer, Etzel e LeBlanc (1977), como respostas críticas dirigidas diretamente ao estudo de Rekers e Lovaas (1974), em um número que contou também com uma tréplica de G. A. Rekers (1977). Um terceiro artigo crítico, também de 1977, teve como coautor A. Russell (Winkler & Russell, 1977), e foi publicado no *Journal of Consulting and Clinical Psychology*.

A Tabela 3 apresenta os artigos que compõem o segundo debate em ordem cronológica, considerando o texto que dispara o debate, as críticas e réplicas.

**Tabela 3**

*Artigos do segundo debate.*

<b>Autores, ano e periódico</b>	<b>Autores, ano e periódico - Críticas</b>	<b>Autores, ano e periódico - Réplicas</b>
Rekers, G. A., & Lovaas, O. I. (1974). <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> .	Winkler, R. C. (1977). <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> .	Rekers, G. A. (1977). <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> .
	Nordyke, N. S., Baer, D. M., Etzel, B. C., & LeBlanc, J. M. (1977). <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> .	Rekers, G. A. (1977). <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> .
	Russell, A., & Winkler, R. (1977). <i>Journal of</i>	

Cabe ressaltar que, diferente do que ocorreu no primeiro debate, todos autores envolvidos neste debate (tanto os críticos quanto os defensores dos procedimentos de reorientação sexual) são analistas do comportamento. Além disso, boa parte do debate aqui reconstruído ocorreu no JABA – periódico historicamente reconhecido como um dos principais fóruns da Análise do Comportamento Aplicada.

#### 4.2.1 Argumentos e contra-argumentos teórico-metodológicos

Dois dos três artigos críticos que compõem o segundo debate (Nordyke et al., 1977; Winkler, 1977) são respostas diretas ao estudo de Rekers e Lovaas (1974). Portanto, para contextualizar tais críticas, é necessário descrever, ainda que brevemente, esse estudo. A intervenção descrita por Rekers e Lovaas (1974) consistia na aplicação de procedimentos de condicionamento operante para reduzir os comportamentos considerados femininos (e.g., gestos, inflexão e conteúdo vocal, vestir roupas femininas, entre outros) e aumentar os comportamentos considerados masculinos de Kraig, um menino de cinco anos de idade. A linha de base foi estabelecida a partir da mensuração dos comportamentos citados e do brincar com brinquedos considerados típicos de um dos gêneros (e.g., armas com dardos, faca de borracha, maquiagem, boneca). A intervenção foi realizada com o auxílio da mãe, reforçando diferencialmente comportamentos e brincadeiras consideradas apropriadas ao gênero masculino, e ignorando comportamentos considerados femininos (i.e., extinção). De modo a promover a generalização da aprendizagem, Rekers e Lovaas treinaram a mãe de Kraig na aplicação do procedimento de economia de fichas na sua própria casa, sempre com instruções e incentivos para que ela não cedesse à resistência do menino. Fichas azuis poderiam ser trocadas por

reforçadores de interesse da criança, enquanto fichas vermelhas sinalizavam punição negativa (perda de fichas azuis), procedimento de *timeout* (sentar-se isolado ou ficar sem televisão), ou punição positiva na forma de palmadas aplicadas pelo pai. Ao término da intervenção, os autores consideraram que ela se provou altamente efetiva em reduzir a identificação de Kraig com o gênero feminino, tendo seus efeitos mantidos por mais de dois anos.

Winkler (1977) discutiu alguns dos motivos elencados por Rekers e Lovaas (1974) que justificariam, sobretudo eticamente, a intervenção proposta por eles: (1) o comportamento “transgênero<sup>5</sup>” de Kraig o levaria ao isolamento social e ao ridículo; (2) a preocupação dos pais com a situação da criança; (3) a possibilidade de que, devido à precocidade, os comportamentos-problema tenderiam a se expandir com o tempo; e (4) a previsão de que isso levaria, no futuro, à depressão e ao mau ajustamento escolar e no trabalho. Dessa forma, o tratamento (5) deveria ser implementado ainda na infância, dada a baixa efetividade em adultos.

Winkler (1977) apontou para a ausência de sustentação empírica que norteia algumas dessas justificativas, sobretudo quando as relacionam com a necessidade de prevenir o “futuro desvio sexual” e reduzirem o incômodo que o comportamento de Kraig geraria em seus pais e em outras crianças. Nas palavras do autor:

. . . evidências devem ser produzidas em duas contas: (a) que os autores possam prever, a partir do comportamento de papel sexual de uma criança de cinco anos, que ele será transexual, travesti ou homossexual, e (b) que isso é motivo para

---

<sup>5</sup> Embora Rekers e Lovaas (1974) tenham proposto tratar o desvio da identidade de gênero do menino com vistas a prevenir a transexualidade, em diversas passagens do artigo, eles também fazem referência a prevenção do travestismo e da homossexualidade, sem uma clara distinção. Esses são, portanto, termos utilizados de forma intercambiável, onde se subentende que a alteração do desejo sexual dos participantes pode ocorrer a partir do controle dos comportamentos que seriam constitutivos da identidade de gênero. Na discussão, manteremos os termos utilizados pelos autores, mesmo cientes de que atualmente há distinções, bem como outras propostas terminológicas.

terapia. Essa segunda questão é apenas parcialmente uma questão empírica. As evidências relevantes para o primeiro ponto são fracas — o que não é de surpreender, já que na maioria das áreas do comportamento, há poucos estudos prospectivos e de acompanhamento de desenvolvimento. (Winkler, 1977, p. 550)

Winkler (1977) também criticou Rekers e Lovaas (1974) no que diz respeito à perspectiva psicopatológica que sustentava a escolha dos comportamentos-alvo para intervenção, a saber, as condutas tipificadas como “femininas”. De acordo com Winkler (1977), os autores presumem que maior masculinidade em meninos representa necessariamente maior saúde mental e ajustamento. Para problematizar essa tese, ele fundamentou-se na revisão de Bem e Lewis (1975), que discutiu estudos que compararam índices obtidos de inventários de papéis de gênero aplicado em homens e mulheres considerados mais masculinos, femininos ou andróginos, com dados experimentais de comportamentos associados a diferentes papéis de gênero (e.g., a defesa da própria opinião frente a discordância de terceiros ou o comportamento de brincar com um gatinho). Segundo Winkler (1977), os estudos comprovam que alta feminilidade em meninas e alta masculinidade em meninos estavam correlacionadas com alta ansiedade, baixa autoestima e baixa aceitação social. Seria, portanto, mais desejável, do ponto de vista da saúde mental, que um mesmo indivíduo fosse capaz de desempenhar diferentes papéis de gênero de acordo com as demandas do dia a dia. Rekers (1977) respondeu a essas críticas, acusando Winkler de não ser eticamente neutro e de não fundamentar suas críticas em dados de pesquisas. Em outras palavras, ele presume que Winkler queira impor os seus valores disfarçando-os de ciência e que seus argumentos fundamentados nas mudanças valorativas da sociedade, não se baseiam em dados que indiquem tal tendência.

No que diz respeito aos problemas metodológicos das pesquisas com a população homossexual de modo geral, Russel e Winkler (1977) argumentam que as evidências de maior prevalência de transtornos mentais em homossexuais provêm de relatos de casos de pacientes que estão em contexto psiquiátrico ou prisional. Uma vez que esses espaços possuem mais pessoas emocionalmente perturbadas, sobretudo devido às pressões legais e governamentais, torna-se inviável generalizar esses dados para a população geral (Russell & Winkler, 1977). Adicionalmente, segundo os autores, algumas evidências já apontavam que homossexuais que não procuravam psicoterapia não apresentavam maior desajuste que heterossexuais (Russell & Winkler, 1977).

Russell e Winkler (1977) também se opuseram à concepção psicopatológica da homossexualidade sustentada por Rekers e Lovaas (1974), apontando para as evidências empíricas em contrário, como práticas homossexuais em outros animais (e.g., golfinhos e primatas), isentas de correlação demonstrada com anormalidades hormonais e estruturais. Isso levou os autores a postularem como causa da homossexualidade o que denominaram “processos de pré-condicionamento comportamental”: experiências precoces nas quais fatores hormonais exerceriam efeito na orientação sexual. Por tratar-se de uma variação do desenvolvimento sexual, os termos “natural” e “não natural”, empregados em diversos estudos, seriam inadequados para designar o fenômeno (Russell & Winkler, 1977).

#### 4.2.2 Argumentos e contra-argumentos éticos e normativos

Recorrendo a argumentos apresentados por Wilson e Davison (1973) e outros autores, Russell e Winkler (1977) afirmaram que os terapeutas comportamentais vinham resistindo às mudanças políticas da época, referindo-se especificamente ao processo de despatologização da homossexualidade. Tal resistência ainda se evidenciava nas

propostas de intervenções que não visavam promover uma melhor qualidade de vida para essa população (Russell & Winkler, 1977).

Ao discutirem o caráter problemático da perspectiva psicopatológica de Bieber (1976) e de outros autores associados à teoria psicanalítica, Russell e Winkler (1977) sustentaram que a descrição das desordens e doenças mentais não é neutra, dependendo, portanto, dos valores morais da sociedade e, por extensão, dos terapeutas. As próprias mudanças nas concepções da sexualidade ao longo do tempo entre as culturas seriam indicativas desse fato (Russell & Winkler, 1977).

Winkler (1977) apontou os problemas éticos e normativos envolvendo o preconceito de Rekers e Lovaas (1974), na medida em que eles sugeriram que ser transexual, por princípio, não era algo positivo e levaria necessariamente o indivíduo à depressão, automutilação e prisão. Segundo Winkler (1977), na época do estudo, os autores já dispunham de alternativas de intervenção eticamente mais adequadas. Dentre elas, estaria a aceitação do comportamento “transgênero” da criança, modificação da falta de aceitação dos pais ou, ainda, o ensino à criança de estratégias para lidar com os comportamentos daqueles que não a aceitavam.

Na mesma linha argumentativa, Nordyke et al. (1977) propuseram o reforço de comportamentos de cuidados com o outro, uma vez que tais práticas seriam mais aceitas em um mundo em transformação. Nesse aspecto, tanto Winkler (1977) como Nordyke et al. (1977) criticaram a intervenção de Rekers e Lovaas (1974) pelo uso de brinquedos “agressivos” em seu procedimento de reforço de condutas consideradas masculinas, uma vez que eles poderiam promover a violência e tornar Kraig mais infeliz. Novamente, Rekers (1977) respondeu que as críticas dos autores sobre os possíveis efeitos nocivos de sua intervenção careciam de dados empíricos.

Já em uma crítica direcionada à escolha de Rekers e Lovaas (1974) pelo uso de punição no estudo, Nordyke et al. (1977) sustentaram que toda intervenção comportamental deveria começar com os procedimentos menos invasivos. Winkler (1977) e Nordyke et al. (1977) compararam ainda a punição aplicada no estudo ao emprego de choque elétrico utilizado por Lovaas em tratamentos anteriores para autistas (ver Kirkham, 2017; Smith & Eikeseth, 2011; Thompson, 2014). Em resposta, Rekers (1977) afirmou que essa comparação era desproporcional, uma vez que, em seu estudo, foram aplicadas apenas seis palmadas em Kraig ao longo de dez meses de procedimento.

Em tom irônico, Nordyke et al. (1977) argumentaram que uma das justificativas de Rekers e Lovaas (1974) – de que “o procedimento reduziria o sofrimento vivenciado por Kraig” – seria a mesma que levaria algumas pessoas a sugerirem que pacifistas e feministas deveriam receber tratamento, em uma clara alusão ao preconceito sofrido por pessoas fora da norma social. Rekers (1977) respondeu à analogia de Nordyke et al. (1977), alegando que, na época em que conduziram sua intervenção, a transsexualidade era considerada um transtorno mental, diferentemente do pacifismo e feminismo.

Já no que se refere ao argumento de Rekers e Lovaas (1974) de que a intervenção precoce deveria ser adotada por não ser mais tão efetiva na vida adulta, Nordyke et al. (1977) afirmaram que os autores partiram do pressuposto de que Kraig necessariamente se tornaria infeliz. Para Nordyke et al. (1977), a verdadeira questão a ser colocada não seria se o comportamento deveria ser modificado, mas sim “para quais fins”.

Em sua réplica, Rekers (1977) também manifestou discordância quanto à tese de Winkler (1977) e Nordyke et al. (1977) de que a homossexualidade e outros “desvios” seriam indesejáveis apenas aos olhos de uma sociedade enviesada. Para Rekers, seria claramente desviante e patológico um menino afirmar compulsivamente que pode ter filhos, vestir as roupas da mãe, rejeitar os próprios órgãos sexuais e pedir por intervenção

cirúrgica. Rekers argumentou que o menino deve passar “pela aprendizagem das expectativas legítimas que a cultura tem para ele” (Rekers, 1977, p. 566), aprendendo também que é biologicamente impossível fazer sexo com um homem, engravidar, ter um bebê e amamentar.

Ao afirmar que Winkler (1977) e Nordyke et al. (1977) perderam de vista a significância clínica desses fatos, Rekers (1977) parece criticar o que entende ser a postura de muitos analistas aplicados do comportamento: “infelizmente, não é incomum aos analistas aplicados do comportamento ignorarem o significado (i.e., contexto situacional total) do comportamento na sua definição de respostas-alvo” (Rekers, 1977, p. 567).

Para Nordyke et al. (1977), o problema do “isolamento social e sofrimento vivenciado por Kraig”, usado por Rekers e Lovaas (1974) como justificativa para a administração dos procedimentos aversivos, deveria ter sido precedido de uma avaliação cuidadosa dos seus efeitos de curto e longo prazo, dado o impacto de uma intervenção dessa natureza. Ademais, Nordyke et al. (1977) também consideram que o terapeuta deveria ser cauteloso ao considerar somente a preocupação dos pais e suas demandas, sob o risco de agir em detrimento da criança ou da própria sociedade (Nordyke et al., 1977). Já no que se refere à justificativa de Rekers e Lovaas (1974), baseada na possível maximização dos problemas sociais e psicológicos da criança se não recebesse tratamento, Nordyke et al. (1977) ressaltaram que nem todos os indivíduos passariam por tais problemas, e que pouco se sabia, em termos de dados empíricos, sobre a situação de pessoas semelhantes que não buscaram procedimentos de reorientação sexual (Nordyke et al., 1977).

Nesse aspecto, é interessante notar que tanto Winkler (1977) quanto Nordyke et al. (1977) também empregaram argumentos de cunho teórico-metodológico em sua

discussão sobre os aspectos éticos da intervenção de Rekers e Lovaas (1974). Tais argumentos parecem ser um contra-ataque às críticas de Rekers (1977), usando as próprias categorias argumentativas dele: a carência de suporte empírico e neutralidade científica dos quais acusa seus interlocutores. Dessa forma, Winkler (1977) e Nordyke et al. (1977) expõem a contradição no discurso reiterado de Rekers (1977) sobre a pretensa necessidade de separação entre ciência e política.

Outro aspecto ético destacado por Nordyke (1977) é o fato de Rekers e Lovaas (1974) terem adotado como sujeito de pesquisa uma criança que não teria consentido com o tratamento. Rekers (1977) respondeu a essa crítica afirmando que, na verdade, Kraig consentiu com a intervenção ofertada, embora essa informação não conste no artigo de 1974. Ademais, Rekers (1977) acrescenta que, ainda assim, esse seria um fator ético irrelevante a ser considerado, uma vez que a sociedade também não solicita consentimento ao submeter crianças a intervenções médicas e educacionais.

Em sua réplica, Rekers (1977) também fez uso de argumentos de ordem jurídica e moral. Como exemplo, ele afirmou que a penectomia não era um procedimento legalizado em crianças e que as leis do estado da Califórnia definiam o comportamento homossexual como criminoso, sendo, portanto, adequadas as tentativas de prevenção. Ademais, Rekers (1977) sustentou que, mesmo que a criança pudesse se desenvolver, nos termos de Nordyke et al. (1977), como um “homossexual satisfeito”, a solicitação dos pais pela intervenção ainda seria legítima. Isso se justifica, segundo Rekers (1977), tanto pelo fato de os pais serem os solicitantes do serviço e responsáveis legais da criança, quanto por considerarem a conduta da criança moralmente errada – o que estaria de acordo com a *Statement of Ethical Standards* publicada pela APA, que ordena que os psicólogos sejam sensíveis aos códigos sociais da comunidade e aos padrões morais vigentes. Nesse ponto, Rekers acaba por assumir sua própria posição ideológica: “Os

objetivos da intervenção eram consistentes com o sistema de valores éticos cristãos partilhados pelos pais e pelo terapeuta” (Rekers, 1977, p. 564).

Ainda em resposta às críticas, Rekers (1977) acrescenta uma nova justificativa ética para a intervenção: o contraste entre a compulsividade do menino em desempenhar comportamentos femininos e a flexibilidade observada em crianças em ambientes controlados de brincadeiras. Ele também reafirma que evidências apontavam que comportamentos transgêneros provocavam ostracismo social pelos pares, sendo, portanto, fonte de depressão, frustração e negativismo para essas crianças (Rekers, 1977).

Rekers (1977) também rebateu Winkler (1977) em relação à sua proposta de atuação para o manejo da discriminação sofrida por Kraig – “auxiliar o menino a se ajustar à sua orientação sexual, colocando-o em contato com outros iguais a ele” – rotulando-a de “profissional e eticamente irresponsável”. Aqui, Rekers (1977) mais uma vez expressa seus valores de cunho religioso:

Os pais de Kraig se opuseram ao encaminhamento para um serviço de aconselhamento homossexual, o que teria imposto limitações ao potencial de crescimento de Kraig e sancionado desnecessariamente o comportamento imoral (um julgamento que eles partilhavam com o terapeuta Rekers). (Rekers, 1977, p. 566).

Isso elimina a possibilidade de escolha do indivíduo e, na verdade, impõe uma redução injusta das opções da pessoa. Se tivéssemos adotado essa abordagem equivocada em relação ao garoto com transtorno de gênero (como Winkler propôs), teríamos sido culpados por estigmatizar a criança pré-púbere com o rótulo de “homossexual” . . . (Rekers, 1977, pp. 565-566).

Assim, Rekers (1977) conclui que, embora a intolerância social vivenciada por Kraig seja moralmente errada, a ação mais ética seria aliviar seu sofrimento por meio da modificação de sua conduta individual.

#### 4.2.3 Argumentos e contra-argumentos sociopolíticos

Um ponto fundamental da crítica de Winkler (1977) foi chamar a atenção para a ausência de discussões críticas por parte de Rekers e Lovaas (1974) a respeito das mudanças sociais que ocorriam na época em que conduziram seu estudo. Em suas palavras: “Os autores não mencionam as evidências de mudanças de atitudes em relação à homossexualidade e outros comportamentos sexuais rotulados como desviantes, como mudanças nas leis, movimentos de libertação gay e opinião psiquiátrica” (Winkler, 1977, p. 550).

Reconhecendo essas transformações sociais em curso nos EUA, Russell e Winkler (1977) argumentaram que o *Gay Liberation Front* foi responsável por levantar questões sobre a teoria, a prática e a política pública da psiquiatria que não podiam ser discutidas anteriormente a respeito da homossexualidade. Além disso, o movimento de liberação feminina vinha contribuindo para a ressignificação da função da família e da reprodução como foco da prática sexual.

Para Russell e Winkler (1977), se os terapeutas passassem a considerar a homossexualidade uma preferência sexual normal, mostrando-se sensíveis às perspectivas de autoaceitação promovidas pelos movimentos de liberalização, eles atuariam como base organizacional da mudança social. Dessa forma, poderiam auxiliar na promoção de serviços de conscientização sobre o tema, apoio jurídico, serviços de abrigo, aconselhamento telefônico e suporte social (Russell & Winkler, 1977).

Winkler (1977) também comparou suas críticas com os questionamentos prévios levantados por Davison (1976) sobre as intervenções comportamentais destinadas à reorientação sexual, retomando, assim, um argumento que já havia indicado anos antes (Winett & Winkler, 1972): que a terapia comportamental estava alinhada à manutenção do *status quo*. Seguindo nessa mesma linha crítica, aplicada agora ao caso de Rekers e Lovaas (1974), Winkler (1977) levantou questionamentos sobre a quem serve o terapeuta: a seus próprios valores, à criança, aos pais da criança ou às normas sociais vigentes. Segundo o autor, o cliente tenderia a acreditar que estruturas de poder como a escola, a igreja, a família, a mídia ou mesmo o próprio terapeuta pensavam da mesma forma que ele. De acordo com Winkler (1977), Rekers e Lovaas (1974) pareciam compreender a questão da mesma forma, concebendo os papéis sexuais como naturais, sem questionar se a reafirmação desses papéis permitiria o desenvolvimento do máximo potencial do indivíduo.

Em resposta, Rekers (1977) acusou Winkler (1977) de cometer uma falta ética ao impor seus valores pessoais aos pais do menino. Da mesma forma, para Rekers (1977), treinar o menino no exercício de comportamentos assertivos pertencentes a ambos os papéis de gênero (e.g., afetuosidade, empatia, defesa das próprias crenças), como Winkler propôs, poderia ser uma estratégia alternativa a ser abordada em pesquisas futuras, mas seria inapropriado ou inviável, nesse caso, ensinar o menino a modificar os comportamentos de seus colegas.

Como proposta de atuação com Kraig, tanto Nordyke et al. (1977) quanto Winkler (1977) afirmam que Rekers e Lovaas (1974) deveriam ter considerado direcionar os programas de intervenção para os segmentos sociais que criavam as condições de sofrimento para a criança, em vez de se limitar a promover seu ajustamento. Do mesmo modo, para um melhor manejo das questões problemáticas que se apresentassem,

especialmente quando o tratamento não fosse solicitado pela pessoa a ser tratada, o mais pertinente seria chamar ao debate porta-vozes do movimento feminista, organizações lésbicas e homossexuais, defensores dos direitos das crianças e representantes das posições da AABT sobre a homossexualidade, entre outros. Dessa forma, os terapeutas estariam em melhor posição para ver a tipificação dos papéis de gênero como processos sociais e seriam capazes de atuar de forma mais ética contra tratamentos que ameacem a diversidade social.

Seguindo nessa linha argumentativa, o estudo publicado por Russell e Winkler em 1977 é não apenas crítico às práticas de reorientação sexual, mas também propositivo como alternativa para lidar com o sofrimento dos homossexuais. Nesse estudo, os autores avaliaram o impacto do treino de assertividade e de grupos de apoio a homossexuais para melhorar seu funcionamento. A intervenção consistia em promover a autoaceitação e desenvolver habilidades sociais para responder ao preconceito sofrido e defender seus direitos. Para isso, os autores contaram com o apoio de membros da *Campaign Against Moral Persecution* e da *Gay Liberation*. Os achados do estudo apontaram para efeitos positivos, medidos por meio de escalas de autorrelato de ansiedade, assertividade, medo de avaliação negativa, estresse e evitação social.

Apesar das novas propostas de atuação discutidas por Winkler (1977) e Nordyke et al. (1977), Rekers (1977) afirmou que os autores tiraram conclusões apressadas sobre as amplas mudanças sociais relacionadas aos papéis de gênero, uma vez que não apresentaram dados empíricos que sustentassem suas afirmações. Para Rekers, essa mudança poderia estar ocorrendo apenas em “grupos abstratos” que não representavam a sociedade (e.g., feministas e homossexuais). Da mesma forma, Rekers afirmou que Winkler (1977) e Nordyke et al. (1977) não apresentaram evidências de que essas

transformações diziam respeito à maioria dos pais e que estes desejavam nutrir a homossexualidade, transexualidade ou travestismo em seus filhos.

#### 4.2.4. Discussão do segundo debate

##### 4.2.4.1 *O contexto do posicionamento crítico de R. Winkler*

Diferentemente de Davison, cujas mudanças podem ser evidenciadas ao longo de suas publicações sobre as terapias de reorientação sexual (Davison & Wilson, 1973; Wilson & Davison, 1974; Davison, 1976), a maturidade de Winkler nas discussões sociopolíticas era bem estabelecida antes mesmo de suas publicações de 1977. De acordo com Wilson (1987), a trajetória histórica de Robin Winkler em direção a um posicionamento crítico desenvolveu-se após sua pesquisa de doutorado, que investigou a administração de um sistema de economia de fichas com pacientes psiquiátricos em um hospital em Sydney, no final da década de 1960. A respeito do emprego da Análise do Comportamento nesses contextos, ele afirmou em um artigo publicado em coautoria com Winett no início dos anos 1970 que:

. . . ao tornar a vida mais produtiva para os pacientes nas atuais enfermarias de longa internação e não enfatizar a remoção de pacientes dessas enfermarias, a economia de fichas serve ao *status quo*, auxiliando as pessoas a se ajustarem a um sistema que, em si mesmo, precisa de mudança. (Winett & Winkler, 1972, pp. 501-502)

Foi ainda por influência dos movimentos de antipsiquiatria desse período que Winkler conduziu dois estudos com pseudopacientes, avaliando a forma como os clínicos gerais lidavam com pacientes que apresentavam sintomas depressivos (Owen & Winkler, 1974) ou com aqueles internados voluntariamente em hospitais psiquiátricos (Winkler, 1974). Com esses estudos, Winkler concluiu que a internação por longo período era

prejudicial aos pacientes e que essa estrutura psiquiátrica deveria ser substituída por centros de prevenção e terapia de não residentes, orientados à comunidade.

Essas experiências vivenciadas desde o doutorado consolidaram a perspectiva crítica de Winkler não apenas sobre os usos da Análise do Comportamento na manutenção do *status quo* em hospitais psiquiátricos, mas também em diversas instituições. Ainda no início dos anos 1970, Winkler produziu dois importantes artigos críticos: “*Current Behavior Modification in the Classroom: Be Still, Be Quiet, Be Docile*” (Winett & Winkler, 1972), publicado no JABA, e “*Psychology as a Social Problem: How Value-Free Is ‘Objective Psychology’?*” (Winkler, 1973), publicado no *Australian Psychologist*.

Em sua discussão sobre os usos da Análise do Comportamento nas salas de aula, no artigo de 1972, Winett e Winkler revisaram os estudos publicados no JABA entre 1968 e 1970 para avaliar quais comportamentos eram reforçados nas intervenções (Winett & Winkler, 1972). A conclusão dos autores foi que a maioria dos estudos visava promover o silêncio e a menor movimentação dos alunos. A eliminação de comportamentos como cantar ou assoviar não tinha como objetivo criar condições para toda forma de aprendizagem, mas sim a produção de sujeitos dóceis às regras fornecidas pelo professor – condição essa que, para os autores, é facilmente aceita pelos modificadores do comportamento. Em suas palavras: “Modificadores do comportamento geralmente não controlam as próprias escolas [em que atuam] e, portanto, muitas vezes se esforçam para não discordar dos valores e objetivos da escola da qual desejam fazer parte” (Winett & Winkler, 1972, p. 501).

Já em seu artigo solo de 1973, Winkler discute o problema da separação entre ciência e valores perpetrado na Psicologia. Para Winkler, a Psicologia é moldada pelas instituições e pelas formas de pensar da sociedade, de tal forma que as teorias psicológicas podem exercer efeito opressivo. A culpabilização de homossexuais e outras minorias, por

exemplo, tem a função de desviar o foco de problemas sociais, como as políticas econômicas e as crenças sobre papéis de gênero. Dessa forma: “Grande parte da teoria psicológica presume a existência de uma realidade ahistórica, estável, fixa e singular, ao invés de uma realidade em transformação, moldada pela sociedade e sua história” (Winkler, 1973, p. 121).

Uma mudança significativa no pensamento de Winkler teria ocorrido em um curto período de tempo, em sua visita aos EUA, de 1970 a 1971. Similar ao que ocorreu com G. C. Davison, Winkler teria passado por uma rápida transformação ao entrar em contato com os movimentos de reforma social da época, que vinham ganhando impulso e marcaram o surgimento de uma psicologia comunitária. Winkler retornou à Austrália advogando por reformas sociais e mudanças na política local (Wilson, 1987).

Cabe mencionar que, uma vez ocorridos movimentos similares na Austrália no começo dos anos 1970, eles forneceram um terreno fértil para aprofundar os posicionamentos críticos de Winkler e encorajar outros a seguir pelo mesmo caminho. Talvez não por acaso esse período tenha coincidido com a eleição do governo Whitlam, do Partido Trabalhista Australiano – o primeiro governo não conservador da Austrália (Wilson, 1987).

Durante os anos 1970, Winkler também se tornou defensor do movimento da *Gay Liberation* em Sydney, estabelecendo debates sobre outras formas de opressão e institucionalização (Wilson, 1987). Esse fato pode ser ilustrado pela condução de seu estudo com Russell (Russell & Winkler, 1977) sobre o treino de assertividade com homossexuais em uma perspectiva de autoaceitação. Ademais, Winkler também se envolveu no trabalho de um projeto da *Amnesty International na University of Thessaloniki*, na Grécia, sobre os perigos do treinamento de torturadores ocorrido no país,

e que foi destaque em uma edição do *Science Show* da *Australian Broadcasting Corporation* (Wilson, 1987).

#### 4.2.4.2 Uma análise histórica dos interlocutores

Os contra-argumentos do segundo debate têm como único proponente George Rekers, em resposta às críticas de Winkler (1977) e de Nordyke et al. (1977) ao estudo de Rekers e Lovaas (1974). Similar às réplicas dirigidas aos argumentos de Davison (1976) no primeiro debate, Rekers argumentou, inicialmente, que a perspectiva afirmativa de atuação defendida por Winkler (1977) e Nordyke et al. (1977) não se pautava em dados empíricos ou rigor metodológico e, por isso, não poderia definir o que seria melhor para a criança e a sociedade. No entanto, diferentemente do observado nas réplicas a Davison, chama a atenção que Rekers (1977) gradativamente passa a dirigir de forma explícita a maior parte dos argumentos de seu artigo para as pautas éticas, como a defesa do bem-estar da família e de valores cristãos, a despeito dos efeitos sobre o bem-estar da criança.

Chama a atenção que Rekers (1977) responde ao incômodo de Nordyke et al. (1977) com o procedimento punitivo utilizado com Kraig, acusando Nordyke de defender previamente o uso da punição na redução da autolesão de crianças autistas. Assim, Rekers parece justificar sua atuação com Kraig ao estabelecer uma relação entre o prejuízo decorrente da autolesão de autistas e o comportamento homossexual.

A defesa dos procedimentos de reorientação sexual, bem como o apelo a questões morais por parte de Rekers (1977), pode ser melhor compreendida quando contextualizada em alguns dados biográficos desse autor. Rekers foi membro da *National Association for Research and Therapy of Homosexuality* (NARTH), que defendia a chamada “terapia reparativa” no tratamento da homossexualidade. Ele também foi membro da *American College of Pediatricians* – uma associação conservadora fundada

em resposta ao apoio da *American Academy of Pediatrics* à adoção de casais do mesmo sexo (Spaulding, 2013).

No que se refere à relação entre valores e a pesquisa científica sobre a homossexualidade, Rekers afirmou em uma publicação de 1978 na revista *American Psychologist* que: “Pessoalmente, eu acredito que o comportamento homossexual é moralmente pecaminoso” (Rekers, 1978, p. 511). Em seguida, acrescentou:

. . . mesmo que a pesquisa demonstrasse que a escolha de objetos do mesmo sexo resulta em felicidade, estabilidade mental e contentamento, eu não mudaria minha avaliação moral do comportamento homossexual, assim como eu não mudaria meus valores sobre o roubo, ainda que um estudo demonstrasse que roubar resulta em felicidade, estabilidade mental e contentamento. (Rekers, 1978, p. 511).

Em 1982, Rekers publicou um livro dirigido ao público leigo, denominado *Growing Up Straight: What Every Family Should Know About Homosexuality*. Nele, fica clara a postura ativa que Rekers tinha sobre o tema e sua ação em “educar” os pais e familiares para a prevenção da homossexualidade em crianças. Ademais, Rekers advogou também pelo uso de intervenções “espirituais” para homossexuais (Zucker, 1984, *apud* Capriotti & Donaldson, 2022) – o que torna explícita sua relação com a religião.

Também atuante na política formal, Rekers se posicionou contrário à adoção por casais gays e lésbicas nos EUA, em decorrência dos perigos a que, segundo ele, esses casais exporiam seus filhos. Ele trabalhou ainda como consultor da Casa Branca e para o *Department of Health and Human Services*, sendo contratado pelo procurador-geral da Flórida para servir como perito em apoio à proibição de adoção por pessoas do mesmo sexo. Rekers foi também um dos membros fundadores do *Family Research Council*, que sedia eventos como o *Values Summit*, voltados ao Partido Republicano norte-americano (Spaulding, 2013).

Em 2010, Rekers envolveu-se em um escândalo sexual, quando o *Miami News Times*, em 4 de maio de 2010, publicou que ele teria contratado, via site, um “rent boy” – jargão para “garoto de programa” – para acompanhá-lo em uma viagem de 10 dias pela Europa. Rekers contou à imprensa que, devido a limitações físicas decorrentes de uma cirurgia, ele contratou o jovem para carregar sua bagagem, e apenas durante a viagem teria descoberto sua verdadeira ocupação. Tal incidente gerou acusações em seu site pessoal, ao que Rekers respondeu aos internautas que usou a maior parte do tempo da viagem convencendo o rapaz a desistir de sua homossexualidade (BBC News, 2010). Dois dias depois da publicação do jornal, o rapaz afirmou em uma entrevista que teria fornecido massagem e outros serviços a Rekers, que, na verdade, era homossexual (Spaulding, 2013).

A renúncia de Rekers do NARTH veio dias após o escândalo. Nesse contexto, a organização afirmou que controvérsias pessoais não mudavam os dados científicos nem diminuía o relevante trabalho da organização sobre o tema da homossexualidade. Já a resposta do presidente da *Family Research Council* ao escândalo foi de que a organização não tinha contato com Rekers há mais de uma década (Spaulding, 2013).

Apesar de o estudo de Rekers e Lovaas (1974) ter sido criticado pela intervenção realizada em uma criança, cabe lembrar que o caso descrito no artigo é apenas um entre os cinco sujeitos da pesquisa de doutorado de Rekers, realizada em 1972. Adicionalmente, apesar de não haver registros de que Lovaas tenha continuado a apoiar as terapias de reorientação sexual após 1974 – ano em que o artigo foi publicado –, deve-se destacar que não só o trabalho de doutorado de Rekers foi orientado pelo próprio Lovaas, como as críticas presentes no artigo-resposta de Rekers (1977) a Winkler (1977) e Nordyke et al. (1977) foram creditadas por ele próprio às discussões que estabeleceu com Lovaas e outros autores.

Sobre Ivar Lovaas, cabe destacar seu importante papel na sedimentação e reconhecimento da Análise Aplicada do Comportamento, tendo sido um dos primeiros a demonstrar sua eficácia no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (Kirkham, 2017; Smith & Eikeseth, 2011; Thompson, 2014). Apesar disso, a carreira de Lovaas não foi isenta de polêmicas.

Para além do estudo clássico de 1974 (Rekers & Lovaas, 1974), a atuação de Lovaas levantou questões quanto ao uso de procedimentos aversivos (envolvendo choques elétricos, palmadas e retirada de alimento) em intervenções com crianças autistas (Kirkham, 2017; Smith & Eikeseth, 2011; Thompson, 2014). Tais procedimentos eram empregados principalmente no controle de comportamentos agressivos e autolesivos (e.g., Lovaas, 1966; Lovaas & Simmons, 1969; Lovaas et al., 1973; Simmons & Lovaas, 1969). Apesar de Lovaas ter afirmado que esses procedimentos deveriam ser empregados apenas para comportamentos cujos efeitos fossem mais prejudiciais à criança do que o próprio estímulo aversivo empregado (e.g., eletrochoque) (Ozerk et al., 2016), cabe lembrar que Rekers e Lovaas (1974) utilizaram palmadas para a redução de comportamentos que não representavam risco para a criança ou terceiros.

Em um artigo publicado no final da década de 1960, Simmons e Lovaas (1969) reconheceram as controvérsias éticas sobre o uso de procedimentos aversivos, mas justificaram seu emprego recorrendo à ampla adesão social e ao reconhecimento intuitivo de sua eficácia – afastando-se do tom científico que exige dados empíricos para a tomada de decisão: “A maioria das mães... utilizou castigo físico em seus filhos em algum momento, e a maioria relatou que isso ajudou na sua criação” (Simmons & Lovaas, 1969, p. 25). Foi só anos mais tarde, já na década de 1980, que Lovaas passou a afirmar que o uso de estímulos aversivos não era mais necessário no tratamento de autistas, devido aos avanços científicos da Análise Aplicada do Comportamento.

## 5. Desbobramentos

### 5.1 Ciência, política e Análise do Comportamento

A partir da leitura da revisão de Morris et al. (2021) sobre a Análise do Comportamento e as questões LGBTQIA+, podemos concluir que os debates críticos da década de 1970 sobre reorientação sexual não resultaram em um avanço de uma postura crítica dentro da Análise do Comportamento. Aqui, sustentamos a tese de que a omissão histórica da área pode ser o reflexo de um problema crônico mais amplo: a negação da relação entre ciência e política.

Como um exemplo dessas narrativas na época, chama a atenção a postura de “política de neutralidade” do corpo editorial do JABA frente ao artigo clássico de Holland (1978), *Behaviorism: Part of the Problem or Part of Solution*, em que ele direciona críticas contundentes ao papel da Análise do Comportamento na manutenção das relações de opressão. A nota do Editorial do JABA deixa clara a desvinculação da orientação da revista em relação à opinião política do autor:

O manuscrito de Holland é claramente controverso. No entanto, o manuscrito levanta questões interessantes que merecem atenção. De acordo com a política do JABA para artigos de discussão, o manuscrito é em grande parte não editado, assim como os comentários dos revisores. Cada manuscrito ou crítica representa a opinião do autor e não deve ser interpretado como representando a política do JABA ou a opinião dos editores ou do conselho editorial. (Editor, 1978, p. 163).

Chama também a atenção que dois dos três artigos de comentários publicados no JABA (de Israel Goldiamond e Nathan Azrin) foram bastante resistentes às críticas de Holland. Essa resistência assemelha-se à polêmica gerada pelo artigo de Davison, de

1976, quando o editor seguiu caminho semelhante ao do JABA, exigindo a publicação conjunta de comentários críticos para viabilizar a publicação.

No que diz respeito às narrativas de analistas do comportamento nos debates sobre as terapias de reorientação sexual, encontramos a recorrente defesa da objetividade e da neutralidade científica como forma de opor argumentos de cunho sociopolítico. Tais discursos surgem, geralmente, acompanhados pela defesa da liberdade de escolha individual e de soluções também de caráter individual, em contraposição às propostas de resolução sociopolíticas. A negação dos autores das relações de poder na sociedade se exprime, por exemplo, na afirmação de Sturgis e Adams (1978) de que o terapeuta deveria expor seus valores aos pacientes para que eles livremente optassem por sua adesão ou rejeição das opções de tratamento disponíveis, ou na alegação dos autores de que a terapia só poderia ser objetiva quando indivíduos fossem elencados como objeto de intervenção (em oposição à sociedade). Nesse aspecto, Sturgis e Adams (1978) demonstram crer que os indivíduos são inerentemente éticos e racionais frente ao acesso aos dados científicos “objetivos”.

No que se refere ao papel do preconceito na vida de homossexuais, tanto Feldman (1977) como Sturgis e Adams (1978) menosprezam os seus impactos. Feldman (1977) o faz ao afirmar que a oferta de procedimentos de reorientação sexual só apoiaria o preconceito se fosse apresentada como única alternativa aos homossexuais. Já Sturgis e Adams (1978) empregam uma derivativa lógica absurda, ao afirmarem que os apontamentos de Davison (1976) acerca da relevância do preconceito na saúde mental dos homossexuais, implicariam que outros grupos oprimidos não estariam sofrendo preconceito. Também inadequada é a demanda dos autores para que Davison apresente evidências de que os homossexuais sofrem mais do que outros grupos oprimidos, como se eventuais achados de que eles partilhassem de igual ou menor grau de sofrimento em

relação a outras minorias sociais invalidasse as críticas desenvolvidas por Davison e suas propostas de mudança.

Diferente de Sturgis e Adams (1978), Rekers (1978) assume a existência do preconceito como moralmente errada, mas propõe como ação ética, o ajustamento do indivíduo. A postura do autor, exposta como neutra, é, na verdade uma posição política conservadora, que legitima a ordem jurídica e valores cristãos dominantes na cultura estadunidense, bem como a naturalização dos papéis de gênero e da função reprodutiva do sexo. Desse modo, Rekers encobre o fato de que a oferta dos procedimentos de reorientação sexual e seus próprios valores são apenas mais uma expressão do preconceito vivenciado pelos homossexuais naquela sociedade. Ademais, tanto Feldman (1977) como Rekers (1978), invertem a lógica da verdadeira direção da opressão ao afirmarem, por exemplo, que Davison e Winkler almejam impor os seus valores aos pacientes ao privá-los da decisão individual de optarem pelo próprio ajustamento.

A desconsideração das relações de poder também se expressa na afirmação de Rekers (1978) de que as supostas mudanças sociopolíticas da década de 1970, discutidas por Winkler (1977) e Nordyke (1977), acerca das concepções de família, direitos e sexualidade, poderiam estar ocorrendo apenas no que denominou “grupos abstratos”. A expressão utilizada por Rekers para definir grupos potencialmente não representativos da sociedade (e.g., feministas e homossexuais), é ilustrativa de seu menosprezo às pautas desses grupos, assim como, de sua defesa da norma social vigente. A própria defesa de Rekers (1978) do direito de escolha do indivíduo frente à disponibilidade de procedimentos de reorientação sexual, ignora os fatores sociais que constroem o indivíduo em direção à ação de autoajustamento. Por fim, frente à negação da relação inerente entre ciência e política, estabelece-se um raciocínio paradoxal: se a sociedade não demanda ou deliberadamente reconhece as necessidades de mudança dos grupos

minoritários, então eles estariam eticamente errados e não deveriam agir; por outro lado, se esses grupos minoritários não puderem agir politicamente e gerar o desconforto inicial da sociedade, as mudanças de concepção acerca da homossexualidade e das terapias de reorientação sexual jamais se processariam.

Os debates aqui reconstruídos revelam que, na década de 1970, a Análise do Comportamento foi permeada por discussões e embates sociopolíticos significativos, incluindo publicações em periódicos de ampla circulação na área. No entanto, apesar da presença de "vozes críticas", a perspectiva defendida por Feldman (1977), Rekers (1978), Sturgis e Adams (1978), assim como a postura do editorial do JABA em relação ao trabalho de Holland (1978), indica que a comunidade analítico-comportamental mantinha um posicionamento político, no mínimo, divisivo em relação às questões ético-políticas que estavam em pauta na época.

### *5.2 O apagamento histórico na Análise do Comportamento*

Atualmente, no que se refere às temáticas LGBTQIA+, as narrativas de separação entre ciência e política na Análise do Comportamento permanecem vivas no Editorial de SEAB e LeBlanc (2020). Frente à constatação de que Rekers e Lovaas, em 1974, estavam em contato com as críticas às terapias de reorientação sexual, e das subseqüentes décadas de resistência do próprio Rekers a essas mesmas críticas, a narrativa do Editorial sobre a impossibilidade de retratar o estudo dos autores, tem por efeito eximir a área de seu compromisso social. Ademais, essa narrativa, presente nas decisões institucionais da Análise do Comportamento desde a década de 1970, invisibiliza a postura política conservadora assumida por figuras importantes da área (e.g., Rekers & Lovaas, 1974). Conseqüentemente, ela produz o apagamento histórico dos embates políticos internos à própria Análise do Comportamento e dos personagens críticos à postura da área na década

de 1970 – o que culmina, na manutenção do mesmo posicionamento político até os dias de hoje.

Assim como as omissões políticas já identificadas na Análise do Comportamento, também é possível observar omissões recentes e contínuas em relação à temática LGBTQIA+, conforme destacado por Morris et al. (2021). Considerando que esse tema exige tanto um posicionamento político claro quanto uma recuperação histórica dos defensores das terapias de reorientação sexual, é provável que a área tenha optado por não adotar uma posição definida sobre o assunto, limitando sua atuação junto a essa população.

Para além da temática LGBTQIA+, as narrativas de negação da relação entre ciência e política na Análise do Comportamento, ressurgiram em uma recente polêmica envolvendo a área: o emprego de procedimentos aversivos no tratamento de “comportamentos problema severos”. Em 2021, o Conselho Executivo da ABAI investigou o uso de eletrochoques por parte do *Judge Rotenberg Hospital Center (JRC)* – instituição que, regularmente, expõe trabalhos nas convenções da ABAI sobre o uso clínico desses procedimentos. A força-tarefa da ABAI, designada para revisar a literatura e acompanhar os casos tratados no JRC, concluiu seus trabalhos apoiando o uso de tais procedimentos em casos excepcionais e sob rigoroso controle legal e profissional. O parecer sugerindo a continuidade no uso de procedimentos de eletrochoque em casos excepcionais foi debatido e votada na assembleia da ABAI, que terminou por rejeitá-lo, apresentando como encaminhamento alternativo a oposição ao uso desses procedimentos sob quaisquer circunstâncias. Diante desse resultado, uma série de respostas de teor crítico foram publicadas na revista *Perspectives on Behavior Science*, dando continuidade à polêmica do tema.

A despeito da notável qualidade dos comentários sobre a eficácia ou não do eletrochoque e sua relação custo-benefício, chama a atenção que, excetuando a discussão de Lerman (2023), os demais trabalhos, tanto os mais favoráveis (e.g., Blenkush et al., 2023; Perone, 2023) quanto os críticos (Fisher et al., 2023; Zarcone et al., 2023) ao uso do eletrochoque, não se aprofundaram na discussão de aspectos éticos, sociais e, principalmente, políticos, subjacentes ao uso de tais procedimentos. À semelhança das narrativas observadas nos dois debates reconstruídos nesta tese, Blenkush et al. (2023) sustentaram o “direito do paciente em receber o tratamento comportamental mais efetivo”, acusando a postura dos membros da ABAI de ser enviesada e impeditiva de uma análise objetiva das variáveis de interesse. Assim, afirmam os autores: “Sugerimos que as questões sobre riscos, benefícios e ética sejam melhor abordadas por meio de avaliação individualizada, do tratamento, e do processo científico, e não por voto popular” (Blenkush et al., 2023, p. 335). Percebe-se aqui, a semelhança dos argumentos de Blenskuch et al. (2023), com alguns dos contra-argumentos encontrados nos dois debates reconstruídos: Rekers (1977), Sturgis e Adams (1978) e Bieber (1976) em sua defesa de uma terapia isenta de valores e guiada apenas por dados de pesquisa, e de Halleck (1976), na primazia conferida à decisão do profissional frente à avaliação individualizada de cada caso clínico.

Apesar da presença de narrativas que apoiam a separação entre ciência e política na defesa de procedimentos de eletrochoque, também se encontram narrativas de resistência. Sob uma perspectiva crítica ético-política, Lerman (2023) apontou para o fato de que os pacientes dessas terapias podem pertencer a um perfil especialmente vulnerável ao uso impróprio ou desnecessário do procedimento, uma vez que seu uso tende a reduzir a urgência de investir tempo e recursos na busca por procedimentos efetivos menos intrusivos. Esse argumento também se assemelha à sustentação de Davison (1976, 1977)

de que a oferta de procedimentos de reorientação sexual, incentiva o seu uso e se apresentam em lugar da proposição de soluções sociopolíticas.

Lerman (2023) complementa ainda que o JRC fez uso dessas terapêuticas por mais de 20 anos, alegando o direito de “escolha dos cuidadores”. Dessa forma, afirma Lerman (2023), é difícil estimar as necessidades não atendidas dessa população, devido à escassez de serviços analítico-comportamentais de qualidade para aqueles com transtornos comportamentais severos:

O direito de escolher o tratamento mais efetivo presume que o indivíduo realmente tem uma escolha. Portanto, a restrição à capacidade dos clientes e cuidadores de escolher entre todas as alternativas potencialmente eficazes dificulta a aplicação ética deste direito. (Lerman, 2023, p. 317).

Adicionalmente, Lerman (2023) afirma que o JRC aplicou eletrochoque em comportamentos que não poderiam ser considerados severos, como a não conformidade às regras da instituição, gritaria e defecar fora da privada. Para a autora, os achados da força-tarefa indicam ainda que muitos analistas do comportamento não atendem clientes com transtornos comportamentais severos, uma vez que não possuem a experiência clínica necessária. Isso apontaria, portanto, para a necessidade da ampliação de programas nas universidades, visando suprir essa lacuna.

A discussão crítica apresentada por Lerman (2023) mostra semelhanças com os argumentos levantados pelos protagonistas dos debates resgatados no presente estudo, especialmente no que diz respeito à noção de liberdade e à aceitação de procedimentos de modificação do comportamento que podem ser considerados antiéticos ou que visam manter o *status quo*. Além disso, assim como nos debates dos anos 1970 sobre os procedimentos de reorientação sexual, os argumentos em favor dos procedimentos de

eletrochoque tendem a enfatizar os dados científicos em detrimento das considerações ético-políticas (e.g., Blenkush et al., 2023).

Por fim, aponta-se para o problema da insistência dos defensores dos procedimentos de reorientação sexual, de que as teses sociopolíticas que representam compromissos com projetos de sociedade mais inclusivos, precisam estar amparados em dados de pesquisa, sobretudo experimentais. Como crítica a essa postura, pode-se destacar que, uma vez que um autor tenha um compromisso voltado para uma mudança social inclusiva, bastaria o acesso a estatísticas que demonstrem o sofrimento de grupos marginalizados ou a simples constatação da existência dos movimentos por luta de direitos nas décadas de 1960 e 1970, para que se firmasse uma posição política a favor deles. Ademais, os críticos dos procedimentos de reorientação sexual comprometidos com a mudança social, muitas vezes buscam alterar os próprios fatos (“dados objetivos”), descritos pela chamada “pesquisa empírica”. Portanto, diferentes dados são compreendidos de forma distinta, dependendo da perspectiva política do cientista: em uma perspectiva conservadora, os dados podem refletir o estado de natureza da desigualdade social, servindo como discurso de defesa de manutenção da ordem; ao passo que, em uma perspectiva progressista, os dados podem representar o funcionamento de uma determinada forma de organização social, servindo de ponto de partida para pensar as mudanças nessa organização.

### *5.3 Ciência, Política e Psicologia*

Apesar de este trabalho ter se voltado para debates críticos acerca da temática LGBTQIA+ no âmbito da Análise do Comportamento, muitos profissionais de áreas relacionadas à saúde mental nos EUA têm aceito e recomendado terapias de reorientação sexual até os dias de hoje. O que se verifica nesse contexto é uma adesão à noção

psicopatológica de homossexualidade, fundamentada, frequentemente, em preceitos religiosos (Haldeman, 1994, 2002).

A partir da década de 1980, por conta da epidemia de HIV/AIDS, as terapias de reorientação sexual ganharam bastante força nos EUA. Nos anos 1990, grupos religiosos formados por “ex gays” se consolidaram e passaram a se associar a políticos de extrema direita na defesa ostensiva desse tipo de prática (Silva, 2007). Um exemplo emblemático é a *Exodus International* (Haldeman, 1994), uma organização fundada nos EUA, em 1976, e considerada o maior ministério de “ex-gays” do país, explicitamente voltada para a terapia de reorientação sexual (Silva, 2007). A organização tem uma longa história de polêmicas, com alguns de seus co-fundadores tendo declarado que seu programa de reorientação sexual, além de ineficaz, frequentemente aumentava o sentimento de culpa e a ideação suicida em homossexuais (Haldeman, 1994).

Assim, as narrativas que defendem a separação entre ciência e política frequentemente refletem debates subjacentes entre ciência e religião, onde questões de sexualidade têm papel central. No Brasil, esses embates estão ligados especialmente ao protestantismo, cujas concepções sobre sexualidade sofrem forte influência de pastores norte-americanos ou brasileiros formados nos EUA. Essas lideranças religiosas tendem a legitimar apenas a heterossexualidade, promovendo práticas sexuais que desconsideram o prazer (especialmente para as mulheres) e enfatizam a manutenção do casamento e a reprodução (de Macedo & Sivori, 2018). Sob essa influência, o Brasil tem registrado, nos últimos anos, um aumento na resistência às políticas de combate à discriminação contra pessoas LGBTQIA+ (de Macedo & Sivori, 2018).

Nesse aspecto, um evento histórico importante foi a fundação da *Exodus* no Brasil em 1998. Foi justamente um encontro dos membros dessa associação, dirigida por Rozangela Justino – psicóloga reconhecida por suas propostas de reorientação sexual de

homossexuais sob um viés religioso – que impeliu o *Grupo Gay da Bahia* a notificar o Conselho Federal de Psicologia (CFP) (Aragusuku & Lara, 2019). Essa ação culminou na criação de um grupo de trabalho do CFP destinado a discutir a discriminação contra homossexuais na atuação de profissionais de psicologia. O resultado foi a promulgação da Resolução CFP nº 01/1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao tema. Entre as diretrizes, consta que o psicólogo não deve colaborar com eventos e serviços que proponham tratamento ou “cura” da homossexualidade (Conselho Federal de Psicologia, 1999). Essa resolução estabelece claramente o reconhecimento das intrínsecas relações entre ciência e política na Psicologia, sendo o Brasil o único país no mundo com esse tipo de documento e uma referência para as discussões de normativas acerca o tema (de Macedo & Sivori, 2018).

Desde a publicação da Resolução nº 01/1999 do CFP, sucedeu-se uma longa história de retaliações sociais e políticas ao documento, geralmente acompanhadas de discursos religiosos conservadores. Inicialmente, a reação veio do *Corpo dos Psicólogos e Psiquiatras Cristãos* (CPPC) – uma organização constituída predominantemente por psicólogas evangélicas –, até finalmente chegar à esfera política formal, com a tramitação de Projetos de Lei (PL) (de Macedo & Sivori, 2018). Como exemplo de projetos que tramitaram na Câmara Federal nos anos 2000, como resposta à Resolução de 1999 do CFP, têm-se o PL nº 2.177 e o PL nº 5.816. O primeiro, proposto em 2003 pelo Deputado Neucimar Braga (PL/ES), destinava-se a instituir no Sistema Único de Saúde (SUS) um programa de reorientação sexual. Já o segundo, apresentado em 2005 pelo deputado Elimar Máximo (PRONA/SP), propunha alterar a lei que regulamenta os cursos de formação e a profissão de Psicologia, de modo a habilitar os psicólogos a fornecerem auxílio psicológico àqueles que voluntariamente quisessem deixar a homossexualidade.

Em 2007, no entanto, ambos os projetos receberam parecer negativo na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara (Aragusuku & Lara, 2019).

Em 2012, veio a público o processo do CFP contra a psicóloga e pastora Marisa Lobo por violações éticas, após denúncias de vinculação de seus preceitos religiosos à sua prática clínica (Aragusuku & Lara, 2019). Nesse mesmo período, impulsionado pelo então presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), o Pastor Marco Feliciano, a Resolução do CFP e as pautas LGBTQIA+ se tornaram alvo de novos ataques, sobretudo com o caso de Marisa Lobo sendo divulgado por grupos conservadores como um caso de perseguição religiosa (Aragusuku & Lara, 2019). Um ano depois, um projeto do Deputado João Campos (PSDB-GO), apresentado em 2011, começou a tramitar na Câmara. O projeto visava suspender os parágrafos da Resolução do CFP que recusam a patologização da homossexualidade e seu tratamento. O tema ganhou destaque midiático com as falas da psicóloga e pastora evangélica Marisa Lobo, defensora da terapia de reorientação sexual e filiada ao Partido Social Cristão (PSC/PR)

Nesse contexto, ganharam projeção os deputados Jair Bolsonaro e Marco Feliciano, à época, filiados ao PSC pelo Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. Os dois políticos passaram a ser reconhecidos por seus discursos abertamente reacionários e pela defesa de uma agenda antidireitos para pessoas LGBTQIA+ (Garcia & Mattos, 2020).

Em 2016, a psicóloga Rozangela Justino reapareceu no debate, agora liderando um movimento que culminou em um Mandado de Segurança no Ministério Público Federal do Rio de Janeiro contra a Resolução nº 01/1999 do CFP. Apesar do juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho ter concedido, em 2017, uma liminar parcial contra o CFP, em 2019, o Supremo Tribunal Federal cassou a liminar, mantendo, assim, a validade da Resolução (Garcia & Mattos, 2020). Na época, a alegação de Waldemar Cláudio de Carvalho e do movimento que apoiou a Ação Popular contra a Resolução era de que o

CFP exercia um ato de censura contra liberdade de produção de ciência no país ao impedir pesquisas sobre a homossexualidade e seu tratamento (Garcia & Mattos, 2020).

Um padrão discursivo recorrente, desde os debates reconstruídos neste trabalho até eventos mais recentes, é o apelo à liberdade individual por parte de grupos e pessoas alinhadas ao conservadorismo. Esse discurso<sup>6</sup> tem sido cada vez mais utilizado no apoio às pautas de “cura gay”, invocando, sobretudo, a liberdade do paciente de recorrer ao tratamento que considere adequado (Garcia & Mattos, 2020).

Outro aspecto recorrente nos discursos de defesa das terapias de reorientação sexual é a insistência na perspectiva patológica da homossexualidade. Essa história remete à prevalência do discurso psicanalítico dominante nos EUA entre as décadas de 1960 e 1970, que subsidiava as políticas da *American Psychiatric Association* (Belmonte, 2009). No Brasil, apesar da escassez de produções sobre o tema na época, a patologização da homossexualidade e a indicação da chamada “terapia reparativa” estiveram presentes entre os anos 1970 e 1980 na maioria dos estudos sobre o tema publicados em dois periódicos brasileiros importantes da época: *Boletim de Psicologia* e *Revista Brasileira de Psicanálise* (Eddine, 2019).

Ademais, a influência de associações e discursos psicopatológicos norte-americanas no Brasil, remete ainda à primeira metade do século XX, sobretudo, durante a Segunda Guerra Mundial, quando muitos psicanalistas emigraram da Europa para os EUA, Inglaterra e América Latina. Entre esses psicanalistas, encontra-se Sandor Rado, considerado um dos principais proponentes da perspectiva psicopatológica da homossexualidade. Diferente de Freud, que postulava que os seres humanos são

---

<sup>6</sup> Viu-se também, recentemente, os mesmos discursos utilizados por políticos ultraconservadores na pandemia de Covid-19, tornando a defesa da liberdade individual irrestrita como sinônimo de democracia. Os exemplos vão desde a defesa do direito de acesso do cidadão a medicamentos considerados por entidades científicas como ineficazes para tratamento de uma doença, até o direito de sair sem o uso de máscaras em espaço público (Casarões, 2022).

constitutivamente bissexuais, Rado entendia que sua constituição inicial era heterossexual, sendo a homossexualidade decorrente do medo da heterossexualidade<sup>7</sup> (Friedman & Downey, 1998). Suas concepções foram reelaboradas por autores como Irving Bieber, Charles Socarides e Joseph Nicolosi, dando origem à tese de que famílias dominadas por mulheres e com figuras paternas fracas ou ausentes são a causa desse medo. Como consequência da difusão dessas ideias nos EUA, na década de 1960, cerca da metade dos psiquiatras pertencia à orientação psicodinâmica, culminando na ocupação da maior parte dos cargos dos departamentos de psiquiatria (Drescher, 1998).

Foi, no entanto, Nicolosi quem, de forma mais explícita fundiu a moral religiosa à psicanálise, postulando que a saúde mental é definida como a conformidade a valores e normas tradicionais. Em uma passagem ilustrativa dessa perspectiva, ele afirma: “A terapia reparativa reconhece a importância da diferença de gênero, o valor da família e dos valores convencionais, e a importância de prevenir a confusão de gênero nas crianças” (Nicolosi, p. 23, 2007).

Nicolosi também foi, junto de Socarides<sup>8</sup> e Kaufman um dos fundadores da NARTH em 1992, nos EUA – uma associação que, apesar de autodeclarada “laica”, tem sido considerada aliada de grupos religiosos fundamentalistas (Silva, 2007). Chama a atenção a afirmação de Kaufman de que a organização surgiu “em resposta à discriminação com base em sua crença religiosa” e “às ameaças de retirada do direito dos pacientes de escolherem a terapia para eliminar ou diminuir a atração pelo mesmo sexo” (Kaufman, 2001, p.423). Ademais, Kaufman afirmou que, para a NARTH, o tratamento dos homossexuais deve ser guiado apenas por evidências científicas, cabendo a ela

---

<sup>7</sup> O conceito aparece no primeiro debate nos argumentos de Bieber (1976) e Halleck (1976), sendo mais elaborado e defendido pelo primeiro.

<sup>8</sup> Cabe mencionar que Bieber – apesar de vinculado à perspectiva psicanalítica dos autores (e.g., Bieber & Socarides, 1973) – faleceu em 1991, um ano antes da fundação da NARTH. Já Rekers, como mencionado anteriormente (ver 4.2.4.2), também foi atuante na organização, até a sua desvinculação em 1991, após o escândalo com o “*Rent Boy*”.

denunciar a politização da profissão perpetrada pela chamada “agenda gay”. Em suas palavras:

O debate constitui uma luta pela consciência da profissão de saúde mental: uma batalha entre dois paradigmas radicalmente opostos. O paradigma dos ativistas gays sustenta que as teorias e práticas psicológicas são construções sociais e, portanto, estão sujeitas à negociação política. O paradigma da NARTH sustenta que o tratamento fornecido por terapeutas deve ser guiado pela experiência clínica cumulativa e pesquisa válida conduzida por profissionais responsáveis (Kaufman, 2011, p. 425).

Cabe notar que os argumentos em defesa das terapias de reorientação sexual, tanto aqueles presentes nos debates reconstruídos no presente trabalho, como os observados nos discursos e projetos de lei da bancada evangélica do Congresso Nacional, são essencialmente os mesmos. No entanto, diferente do que ocorre nos EUA, observa-se uma maior aceitação das intersecções entre ciência e política na Psicologia brasileira, como atesta a Resolução nº 01/1999 do CFP, promulgada pela classe profissional frente às ameaças políticas de grupos conservadores.

O mesmo se aplica à Análise do Comportamento no Brasil, cujas publicações que apresentam discussões em uma perspectiva política têm aparecido em diferentes periódicos da área. Como exemplos ilustrativos, podem-se citar o número especial da *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* sobre Holland, em 2016; o volume especial de 2022 da *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento* sobre Estresse de Minorias; e as recentes publicações dos livros *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento* (da Silva Pinheiro & Mizael, 2023) (publicado em dois volumes) e *Análise do Comportamento: Dimensões políticas* (Dittrich et al., 2023) – este último, dedicado a discutir as relações entre a Análise do Comportamento e a política.

Esse contexto, caracterizado por discussões políticas no âmbito da Análise do Comportamento brasileira, é promissor, especialmente no que diz respeito à identificação e reconhecimento de personagens históricos importantes nos debates sobre as interfaces entre ciência e política na área.

No presente trabalho, Davison e Winkler revelaram-se como duas figuras históricas importantes para os debates sobre as relações entre ciência e política na Análise do Comportamento. No entanto, há outros personagens ainda negligenciados na história da área. Exemplos podem ser encontrados na história do periódico *Behaviorists for social action*, destinado aos debates de temas políticos na Análise do Comportamento no final da década de 1970. Em sua primeira edição de 1978, consta uma lista de nomes associados à iniciativa de discutir politicamente a área e de empregar a sua tecnologia em prol da transformação social. Muitos desses nomes são desconhecidos, o que nos leva a questionamentos como: Por que essa história não é contada? Por que ela não tem protagonismo quando pensamos a história da Análise do Comportamento? O que aconteceu com essas pessoas e quanto conhecemos de seus trabalhos?

Tais problematizações apontam para a necessidade de continuar o trabalho de resgate histórico de autores com posicionamentos progressistas na Análise do Comportamento, sobretudo em uma área cuja atuação foi considerada, em diversos momentos, reacionária e conservadora (e.g., ver Prilleltensky, 1991).

Leugi e Guerin (2016), por exemplo, apontaram para a falta de contato dos analistas do comportamento com as comunidades com as quais atuam, bem como para a falta de contato com as ciências sociais em seu processo de formação. Tais críticas, assemelham-se às de Winkler (1977), Davison (1976) e Nordyke et al. (1977), que propuseram algumas alternativas para o avanço da área, tais como: incluir os grupos oprimidos no debate sobre a atuação da área; promover o contato da área com as ciências

sociais; e usar de técnicas comportamentais para promover a resistência e enfrentamento do cliente frente a sua própria opressão.

A sofisticação das discussões críticas promovidas pelos protagonistas dos debates resgatados no presente trabalho, aponta para a existência de possibilidades de superação de problemas ético-políticos encontrados na história da Análise do Comportamento. Portanto, é fundamental resgatar suas experiências e relacioná-las com outros debates políticos atuais e recentes na área, com vistas a fazer frente às narrativas que privilegiam a separação entre ciência e política e à consequente manutenção do *status quo*.

## **6. Considerações finais**

O presente trabalho teve como objetivo resgatar debates críticos sobre terapias de reorientação sexual que contaram com a participação de analistas do comportamento na década de 1970. Constatou-se, com base nas discussões levantadas por G. C. Davison e R. Winkler, que, no início da década de 1970, a terapia comportamental era palco de fortes tensões sobre o tema. De um lado, encontrava-se uma perspectiva fundamentalmente marcada pela defesa da neutralidade política e uma reação contrária às mudanças propostas por analistas do comportamento críticos aos procedimentos de reorientação sexual. De outro lado, constatou-se a existência de uma perspectiva característica do comportamentalismo radical, que considera o contexto social envolvido na gênese e manutenção dos valores sociais, apontando para a impossibilidade da neutralidade em uma ciência do comportamento (Holland, 1974).

Os debates apresentados destacam a história de tensões entre ciência e política na Análise do Comportamento. Argumentos e contra-argumentos técnicos ou metodológicos

parecem ser historicamente mais bem aceitos do que aqueles que revelam um posicionamento assumidamente político. No entanto, no contexto desses debates, torna-se evidente que essa preferência pela dimensão metodológica e liberal não deixa de ser um posicionamento político. A defesa da neutralidade e da liberdade abstrata do indivíduo é, na verdade, uma defesa da manutenção das relações de poder vigentes, recusando a possibilidade de que a ciência e as intervenções orientadas pelo conhecimento científico possam desempenhar um papel social transformador (Fox & Prilleltensky, 1996).

Por fim, os resultados obtidos neste resgate histórico de críticas às terapias de reorientação sexual, reiteram a crítica de Johnson (2022) ao editorial do JABA. A intervenção apresentada por Rekers e Lovaas (1974) já era considerada antiética na época, como pode ser observado nas críticas de analistas do comportamento, como G. C. Davison e R. Winkler. Nesse sentido, o editorial se apresenta como parte do equívoco histórico do “presentismo”, que promove o apagamento da história crítica da Análise do Comportamento. Cabe a nós, porém, fazer com que essa história não seja apagada ou esquecida, sob pena de a área continuar repetindo os mesmos erros do passado.

## 7. Referências

- A History of Behaviorists for Social Action. (1978). *Behaviorists for Social Action Journal*, 1(1), 56–57. <https://doi.org/10.1007/bf03406118>
- American Psychological Association (2009). *Report of the American Psychological Association Task Force on appropriate therapeutic responses to sexual orientation*. Washington, DC: APA. Recuperado em 05 de março de 2022, de <https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/therapeutic-response.pdf>
- Aragusuku, H. A., & Lara, M. F. A. (2019). Uma Análise Histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 39(spe3). <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228652>
- Azrin, N. (1978). Toward a solution: a critique. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 175–175. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-175>
- Barlow, D. H., & Agras, W. S. (1973). Fading to increase heterosexual responsiveness in homosexuals1. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 6(3), 355–366. <https://doi.org/10.1901/jaba.1973.6-355>

- BBC News - Baptist minister George Rekers denies rent boy claim.* (2024). Bbc.co.uk; BBC. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/8665812.stm>
- Begelman, Dr. D. A. (1977). Homosexuality and the ethics of behavioral intervention: Paper 3. *Journal of Homosexuality*, 2(3), 213–219. [https://doi.org/10.1300/j082v02n03\\_03](https://doi.org/10.1300/j082v02n03_03)
- Bem, S. L., & Lewis, S. A. (1975). Sex role adaptability: One consequence of psychological androgyny. *Journal of Personality and Social Psychology*, 31(4), 634–643. <https://doi.org/10.1037/h0077098>
- Bieber, I. (1976). A discussion of “Homosexuality: The ethical challenge.” *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 44(2), 163-166. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.44.2.163>
- Bieber, I., Dain, H. J., Dince, P. R., Drellich, M. G., Grand, H. G., Gundlach, R. H., Kremer, M. W., Rifkin, A. H., Wilbur, C. B., & Bieber, T. B. (1962). *Homosexuality: A psychoanalytic study*. Basic Books.
- Binder, C. V. (1977). Affection training: An alternative to sexual reorientation. *Journal of Homosexuality*, 2(3), 251-259. [http://dx.doi.org/10.1300/J082v02n03\\_08](http://dx.doi.org/10.1300/J082v02n03_08)
- Blenkush, N., O’Neill, D. A., & O’Neill, J. (2023). *Contingent Electric Skin Shock: An Empirical or Ideological Issue?* 46(2), 329–337. <https://doi.org/10.1007/s40614-023-00380-3>
- Brady, J. P., & Levitt, E. E. (1965). The Relation of Sexual Preferences to Sexual Experiences. *The Psychological Record*, 15(3), 377–384. <https://doi.org/10.1007/bf03393603>
- Brady, J. P., & Levitt, E. E. (1965). The Scalability of Sexual Experiences. *The Psychological Record*, 15(2), 275–279. <https://doi.org/10.1007/bf03393595>

- Capriotti, M. R., & Donaldson, J. M. (2021). “Why don’t behavior analysts do something?” Behavior analysts’ historical, present, and potential future actions on sexual and gender minority issues. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 55(1), 19-39. <https://doi.org/10.1002/jaba.884>
- Carvalho, M. R. A, Silveira, J. M., & Dittrich, A. (2013). Tratamento dado ao tema “Homossexualidade” em artigos do Journal of Applied Behavior Analysis: Uma Revisão Crítica. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7(2), 72-81. <https://doi.org/10.18542/rebac.v7i2.1451>
- Casarões, G. *O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder*. Retrieved September 13, 2024, from [https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u949/guilhermestollepaixaocasaroes\\_o\\_movimento\\_bolsonarista\\_e\\_a\\_americanizacao\\_da\\_politica\\_brasileira\\_causas\\_e\\_consequencias\\_da\\_extrema\\_direita\\_no\\_poder.pdf](https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u949/guilhermestollepaixaocasaroes_o_movimento_bolsonarista_e_a_americanizacao_da_politica_brasileira_causas_e_consequencias_da_extrema_direita_no_poder.pdf)
- Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiães da ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”*. Oficina do autor.
- Conine, D. E., Campau, S. C., & Petronelli, A. K. (2021). LGBTQ+ conversion therapy and applied behavior analysis: A call to action. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 55(1), 6-18. <https://doi.org/10.1002/jaba.876>
- Cruz, R. N. da. (2006). História e historiografia da ciência: Considerações para pesquisa histórica em análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8(2), 161-178. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v8i2.98>

- Dancey, C. P. (1990). The Influence of Familial and Personality Variables on Sexual Orientation in Women. *The Psychological Record*, 40(3), 437–449. <https://doi.org/10.1007/bf03399552>
- Davison, G. C. (1968). Elimination of a sadistic fantasy by a client-controlled counterconditioning technique: A case study. *Journal of Abnormal Psychology*, 73(1), 84-90. <https://doi.org/10.1037/h0025440>
- Davison, G. C. (1976). Homosexuality: The ethical challenge. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 44(2), 157-162. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.44.2.157>
- Davison, G. C. (1977). Homosexuality and the ethics of behavioral intervention: Paper 1 Homosexuality, the ethical challenge. *Journal of Homosexuality*, 2(3), 195-204. [http://doi.org/10.1300/J082v02n03\\_01](http://doi.org/10.1300/J082v02n03_01)
- Davison, G. C. (1978). Not can but ought: The treatment of homosexuality. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 46(1), 170-172. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.46.1.170>
- Davison, G. C. (2001). Values and constructionism in clinical assessment: Some historical and personal perspectives on behavior therapy. In O'Donohue, W., Henderson, D., Hayes, S., Fisher, J., & Hayes, L. (Eds.). *A history of the behavioral therapies: founders' personal histories* (1nd ed., pp 337–357). Context Press.
- Davison, G. C. (2016). Some reflections on the evolution of behavior therapy during ABCT's first 50 years. *Cognitive and Behavioral Practice*, 23(4), 420-425. <https://doi.org/10.1016/j.cbpra.2015.12.001>
- Davison, G. C., & Wilson, G. T. (1973). Attitudes of behavior therapists toward homosexuality. *Behavior Therapy*, 4(5), 686-696. [https://doi.org/10.1016/s0005-7894\(73\)80160-1](https://doi.org/10.1016/s0005-7894(73)80160-1)

- de Macedo, C. M. R., & Sívori, H. F. (2018). Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de " psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(4), 1415-1436. <https://www.redalyc.org/journal/4518/451859498020/html/>
- DeFelice, K. A., & Diller, J. W. (2019). Intersectional Feminism and Behavior Analysis. *Behavior Analysis in Practice*, 12(4), 831–838.
- Eddine, E. A. C. (2018). A psicologia, a educação e as homossexualidades: o normal e o patológico nas produções discursivas das revistas Boletim de Psicologia, Revista Brasileira de Psicanálise e Cadernos de Pesquisa nas décadas de 1970 e 1980. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.48.2019.tde-11042019-121021. Recuperado em 2024-8-04, de [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)
- Feldman, M. P., & MacCulloch, M. J. (2013). *Homosexual behaviour: Therapy and assessment*. Elsevier.
- Feldman, P. (1977). Helping homosexual with problems: A commentary and a personal view. *Journal of Homosexuality*, 2(3), 241-249. [https://doi.org/10.1300/J082v02n03\\_07](https://doi.org/10.1300/J082v02n03_07)
- Fisher, W. W., Greer, B. D., & Mitteer, D. R. (2023). Additional Comments on the Use of Contingent Electric Skin Shock. *Perspectives on Behavior Science*, 46(2), 339–348. <https://doi.org/10.1007/s40614-023-00382-1>
- Fox, D. R. & Prilleltensky, I. (1996). The inescapable nature of politics in psychology: A response to O'Donohue and Dyslin. *New Ideas in Psychology*, 14(1), 21-26. [https://doi.org/10.1016/0732-118X\(95\)00028-F](https://doi.org/10.1016/0732-118X(95)00028-F)
- Friedman, R. C., & Downey, J. I. (1998). *The American Journal of Psychoanalysis*, 58(3), 249-270. <https://doi.org/10.1023/a:1022583223820>

- Garcia, M. R. V., & Mattos, A. R. (2020). “Terapias de Conversão”: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 39. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228550>
- Goldiamond, I. (1978). The professional as a double-agent. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 178–184. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-178>
- Haldeman, D. C. (1994). The practice and ethics of sexual orientation conversion therapy. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 62(2), 221–227. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.62.2.221>
- Haldeman, D. C. (2002). Gay rights, patient rights: The implications of sexual orientation conversion therapy. *Professional Psychology: Research and Practice*, 33(3), 260–264. <https://doi.org/10.1037/0735-7028.33.3.260>
- Halleck, S. L. (1976). Another response to “Homosexuality: The ethical challenge.” *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 44(2), 167-170. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.44.2.167>
- Holland, J. G. (1974). Behavior modification for prisoners, patients, and other people as a prescription for the planned society. *The Prison Journal*, 54(1), 23-37. <https://doi.org/10.1177/003288557405400104>
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163>
- Johnson, A. H. (2022). The weight of warm: A response to “Editor’s note: Societal changes and expression of concern about Rekers and Lovaas’ (1974) Behavioral treatment of deviant sex-role in a male child”. *Behavior Analysis in Practice*, 15, 971–979. <https://doi.org/10.1007/s40617-022-00683-y>

- Joyce, S., & Schrader, A. M. (1999). Twenty years of the Journal of Homosexuality. *Journal of Homosexuality*, 37(1), 3–24. [https://doi.org/10.1300/j082v37n01\\_02](https://doi.org/10.1300/j082v37n01_02)
- Kaufman, B. (2001). Why Narth-The American Psychiatric Association's Destructive and Blind Pursuit of Political Correctness. *Regent UL Rev.*, 14, 423. [https://regentparents.regent.edu/acad/schlaw/student\\_life/studentorgs/lawreview/docs/issues/v14n2/Vol.%2014,%20No.%202,%207%20Kaufman.pdf](https://regentparents.regent.edu/acad/schlaw/student_life/studentorgs/lawreview/docs/issues/v14n2/Vol.%2014,%20No.%202,%207%20Kaufman.pdf)
- Kirkham, P. (2017). “The line between intervention and abuse” – autism and applied behaviour analysis. *History of the Human Sciences*, 30(2), 107–126. <https://doi.org/10.1177/0952695117702571>
- Leland, W., & Stockwell, A. (2019). A Self-Assessment Tool for Cultivating Affirming Practices With Transgender and Gender-Nonconforming (TGNC) Clients, Supervisees, Students, and Colleagues. *Behavior Analysis in Practice*, 12(4), 816–825. <https://doi.org/10.1007/s40617-019-00375-0>
- Lerman, D. C. (2023). *When Science Cannot Guide us: A Call to Action for Applied Behavior Analysts*. 46(2), 313–320. <https://doi.org/10.1007/s40614-023-00377-y>
- Leugi, G. B., & Guerin, B. (2016). Para desencadear uma revolução social analistas do comportamento devem abraçar o conhecimento comunitário. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental E Cognitiva*, 18. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.846>
- Lovaas, O. I., & Simmons, J. Q. (1969). Manipulation of self-destruction in three retarded children1. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 2(3), 143–157. <https://doi.org/10.1901/jaba.1969.2-143>
- Lovaas, O. I., Berberich, J. P., Perloff, B. F., & Schaeffer, B. (1966). Acquisition of Imitative Speech by Schizophrenic Children. *Science*, 151(3711), 705–707. <https://doi.org/10.1126/science.151.3711.705>

- Lovaas, O. I., Koegel, R., Simmons, J. Q., & Long, J. S. (1973). Some generalization and follow-up measures on autistic children in behavior therapy<sup>1</sup>. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 6(1), 131–165. <https://doi.org/10.1901/jaba.1973.6-131>
- Malott, R. W. (1996). A Behavior-Analytic View Of Sexuality, Transsexuality, Homosexuality, and Heterosexuality. *Behavior and Social Issues*, 6(2), 127–140. <https://doi.org/10.5210/bsi.v6i2.286>
- McConaghy, N. (1977). Behavioral intervention in homosexuality. *Journal of Homosexuality*, 2(3), 221-227. [https://doi.org/10.1300/J082v02n03\\_04](https://doi.org/10.1300/J082v02n03_04)
- Morgan, K. S., & Nerison, R. M. (1993). Homosexuality and psychopolitics: An historical overview. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 30(1), 133-140. <https://doi.org/10.1037/0033-3204.30.1.133>
- Morris, C., Goetz, D. B., & Gabriele-Black, K. (2021). The treatment of LGBTQ+ individuals in behavior-analytic publications: A historical review. *Behavior Analysis in Practice*, 14, 1179-1190. <https://doi.org/10.1007/s40617-020-00546-4>
- Myers, S. L. (1991, August 28). Irving Bieber, 80, a psychoanalyst who studied homosexuality, dies. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/1991/08/28/nyregion/irving-bieber-80-a-psychoanalyst-who-studied-homosexuality-dies.html>
- Nordyke, N. S., Baer, D. M., Etzel, B. C., & LeBlanc, J. M. (1977). Implications of the stereotyping and modification of sex role. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10(3), 553–557. <https://doi.org/10.1901/jaba.1977.10-553>
- Owen, A., & Winkler, R. (1974). General practitioners and psychosocial problems an evaluation using pseudopatients. *Medical Journal of Australia*, 2(11), 393–398. <https://doi.org/10.5694/j.1326-5377.1974.tb70862.x>

- Özerk, K., Dalby Vea, G., Eikeseth, S., & Özerk, M. (2016). *International Electronic Journal of Elementary Education*, 9(2), 243–262. [https://oda.oslomet.no/oda-xmlui/bitstream/handle/10642/4890/5858feb2478ed\\_la\\_585f11ed50c33.pdf?sequence=1](https://oda.oslomet.no/oda-xmlui/bitstream/handle/10642/4890/5858feb2478ed_la_585f11ed50c33.pdf?sequence=1)
- Perone, M. (2023). We Still Have a Lot to Learn. *Perspectives on Behavior Science*, 46(2), 305–311. <https://doi.org/10.1007/s40614-023-00383-0>
- Perone, M., Lerman, D. C., Peterson, S. M., & Williams, D. C. (2023). *Report of the ABAI Task Force on Contingent Electric Skin Shock*. 46(2), 261–304. <https://doi.org/10.1007/s40614-023-00379-w>
- Prilleltensky, I. (1989). Psychology and the status quo. *American Psychologist*, 44(5), 795. <https://sites.education.miami.edu/wp-content/uploads/2016/09/2.-Psychology-and-the-Status-Quo.pdf>
- Prilleltensky, I. (1991). Radical Behaviorism and the Social Order. *Counseling and Values*, 36(2), 104–111. <https://doi.org/10.1002/j.2161-007x.1991.tb00967.x>
- Przeworski, A., Peterson, E., & Piedra, A. (2020). A systematic review of the efficacy, harmful effects, and ethical issues related to sexual orientation change efforts. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 28(1), 81-100. <https://doi.org/10.1111/cpsp.12377>
- Rekers, G. A. (1977). Atypical gender development and psychosocial adjustment. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10(3), 559–571. <https://doi.org/10.1901/jaba.1977.10-559>
- Rekers, G. A. (1978). A priori values and research on homosexuality. *American Psychologist*, 33(5), 510–512. <https://doi.org/10.1037/0003-066x.33.5.510>
- Rekers, G. A. (1982). *Growing up straight: What every family should know about homosexuality*. Moody Press.

- Rekers, G. A., & Lovaas, O. I. (1974). Behavioral treatment of deviant sex-role behaviors in a male child. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 7(2), 173–190. <https://doi.org/10.1901/jaba.1974.7-173>
- Reparative therapy of male homosexuality : a new clinical approach : Nicolosi, Joseph, 1947-2017 : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive.* (2017). Internet Archive. [https://archive.org/details/reparativetherap0000nico\\_p9t9](https://archive.org/details/reparativetherap0000nico_p9t9)
- Resolução CFP nº. 01/1999, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Recuperado em <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf)>
- Russell, A., & Winkler, R. (1977). Evaluation of assertive training and homosexual guidance service groups designed to improve homosexual functioning. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 45(1), 1-13. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.45.1.1>
- Rutherford, A. (2006). The social control of behavior control: Behavior modification, individual rights, and research ethics in America, 1971-1979. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 42(3), 203-220. <https://doi.org/10.1002/jhbs.20169>
- Rutherford, A. (2009). *Beyond the box: B. F. Skinner's technology of behavior from laboratory to life, 1950s-1970s*. University of Toronto Press.
- SEAB & LeBlanc, L. A. (2020). Editor's Note: Societal changes and expression of concern about Rekers and Lovaas' (1974) Behavioral Treatment of Deviant Sex-Role Behaviors in a Male Child. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 53(4), 1830-1836. <https://doi.org/10.1002/jaba.768>

- Silva, A. N. D. N. (2007). Homossexualidade e discriminação: o preconceito sexual internalizado. *Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*.
- Silverstein, C. (1977). Homosexuality and the ethics of behavioral intervention: Paper 2. *Journal of Homosexuality*, 2(3), 205–211. [https://doi.org/10.1300/j082v02n03\\_02](https://doi.org/10.1300/j082v02n03_02)
- Simmons, J. Q., & Lovaas, O. I. (1969). Use of Pain and Punishment as Treatment Techniques with Childhood Schizophrenics. *American Journal of Psychotherapy*, 23(1), 23–36. <https://doi.org/10.1176/appi.psychotherapy.1969.23.1.23>
- Smith, T., & Eikeseth, S. (2010). O. Ivar Lovaas: Pioneer of Applied Behavior Analysis and Intervention for Children with Autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 41(3), 375–378. <https://doi.org/10.1007/s10803-010-1162-0>
- Snyckerski, S., Laraway, S., Gregg, J., Capriotti, M., & Callaghan, G. M. (2018). Implications of Behavioral Narratology for Psychotherapy, Help-Seeking Behavior, and Substance Use. *Perspectives on Behavior Science*, 41(2), 517–540. <https://doi.org/10.1007/s40614-018-00182-y>
- Society for the Experimental Analysis of Behavior & LeBlanc, L. A. (2020). Editor's Note: Societal changes and expression of concern about Rekers and Lovaas' (1974) Behavioral Treatment of Deviant Sex-Role Behaviors in a Male Child. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 53(4), 1830-1836. <https://doi.org/10.1002/jaba.768>
- Spaulding, C. (2013). *Scholarly Repository Crisis of Faith: Same-Sex Sex Scandals, Evangelicalism, and Crisis Management*.

<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=457968579b06f648f564ee12b8e53196103f27b3>

- Sturgis, E. T., & Adams, H. E. (1978). The right to treatment: Issues in the treatment of homosexuality. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 46*(1), 165–169.  
<https://doi.org/10.1037/0022-006x.46.1.165>
- Thompson, T. (2014). Autism and Behavior Analysis. *John Wiley & Sons, Ltd EBooks*, 483–508. <https://doi.org/10.1002/9781118468135.ch19>
- Wilson, G. T., & Davison, G. C. (1974). Behavior therapy and homosexuality: A critical perspective. *Behavior Therapy, 5*(1), 16-28. [https://doi.org/10.1016/s0005-7894\(74\)80082-1](https://doi.org/10.1016/s0005-7894(74)80082-1)
- Wilson, P. H. (1987). In Memory of Robin Winkler: His Contribution to Behaviour Modification in Australia. *Behaviour Change, 4*(3), 3–10.  
<https://doi.org/10.1017/s0813483900008354>
- Winett, R. A., & Winkler, R. C. (1972). Current behavior modification in the classroom: be still, be quiet, be docile1. *Journal of Applied Behavior Analysis, 5*(4), 499–504.  
<https://doi.org/10.1901/jaba.1972.5-499>
- Winkler, R. C. (1973). Psychology as a social problem: How value-free is “objective psychology”? *Australian Psychologist, 8*(2), 120–127.  
<https://doi.org/10.1080/00050067308255626>
- Winkler, R. C. (1974). RESEARCH INTO MENTAL HEALTH PRACTICE USING PSEUDOPATIENTS. *The Medical Journal of Australia, 2*(11), 399–403.  
<https://doi.org/10.5694/j.1326-5377.1974.tb70863.x>
- Winkler, R. C. (1977). What types of sex-role behavior should behavior modifiers promote? *Journal of Applied Behavior Analysis, 10*(3), 549–552.  
<https://doi.org/10.1901/jaba.1977.10-549>

Zarcone, J. R., Brown, I., Langdon, P. E., Mullane, M., & Scheithauer, M. (2023).  
Response to ABAI Task Force on the Use of Contingent Electric Skin  
Shock. *Perspectives on Behavior Science*, 46(2), 349–354.  
<https://doi.org/10.1007/s40614-023-00381-2>